



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO I - FIXAÇÃO DOS SALÁRIOS ACIMA DOS PISOS ESTABELECIDOS EM INSTRUMENTOS COLETIVOS DE TRABALHO

1. A presente licitação define o patamar salarial dos cargos a serem alocados no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para todos os postos de trabalho a serem implantados por esta contratação.
2. Os valores propostos estão acima dos pisos salariais estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho paradigma das categorias profissionais, indicada a seguir:
 - [CCT SINDINFOR x SINDADOS-MG 2025-2027](#), com vigência no período de 1º/09/2025 a 31/08/2027 e data-base da categoria em 1º de setembro.
3. Com o objetivo de fixar o salário-base dos cargos mencionados, os dados foram obtidos por meio de pesquisa em sites especializados e em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar. A tabela a seguir apresenta o piso salarial proposto para cada posto contratado.

Posto de Trabalho	Salário-base
Supervisor de Suporte em TI 40h	R\$ 6.000,00
Técnico de Suporte em TI 40h	R\$ 3.158,85

4. Os salários-base acima estabelecidos deverão ser adotados enquanto custos mínimos, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 176/2024.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO II - UNIFORMES

1. Descrição dos uniformes por posto de trabalho:

Supervisor de Suporte em TI e Técnico de Suporte em TI - Modelagem Masculina						
Produto	Especificação	Texto a Ser Aplicado	Material	Cor	Unidade de Medida	Quantidade Anual por Terceirizado
Camiseta Polo Masculina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 50% Algodão e 50% Poliéster, Tipo Manga: Meia Manga, Tipo Colarinho: Gola Polo.	Logotipo do TRT3 no lado esquerdo Logotipo da empresa no lado direito Na parte de trás, superior e centralizado, deve estar escrito "SUPORTE"	Camisa: malha Piquet. Gola e punhos: ribana mista	Preta	Unidade	5
Camiseta Manga Longa Masculina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 100% Algodão, Tipo Manga: Manga Longa, Tipo Colarinho: Redonda.	Logotipo do TRT3 no lado esquerdo Logotipo da empresa no lado direito Na parte de trás, superior e centralizado, deve estar escrito "SUPORTE"	Camisa: malha 100% algodão	Preta	Unidade	2
Calça Jeans Masculina	Calça Jeans Masculina - Modelo: Tradicional	Não se aplica	Jeans	Azul escuro.	Unidade	3
Jaqueta Masculina	Jaqueta Masculina - Material: Náilon, Modelo: Zíper, Acabamento: Com Forro, Tipo Bolso: 2 Bolsos Externos Lateral, Tamanho: Sob Medida, Tipo Manga: Comprida, Punhos com elástico.	Logotipo do TRT3 no lado esquerdo Logotipo da empresa no lado direito	Jaqueta: Tactel. Forro: malha de telinha	Jaqueta e forro na cor preta	Unidade	1
Cinto Masculino	Cinto Masculino - em couro, 01 (uma) face, na cor preta sem costura, fivela de metal, com garra regulável.	Não se aplica	Cinto: Couro. Fivela: metal	Cinto e costura: pretos. Fivela: prata	Unidade	2
Meia Soquete	Meia - Material: 70% Algodão 25% Poliamida E 5% Elastodieno.	Não se aplica	Algodão, poliamida e outra(s) fibra(s)	Branca	Par	12
Sapatênis Masculino	Tênis - Lona De Algodão - Sola: Borracha	Não se aplica	Cabedal: couro, sintético ou EVA / solado: borracha	Cabedal, solado e cadarço: preto	Par	1



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Supervisor de Suporte em TI e Técnico de Suporte em TI - Modelagem Masculina						
Produto	Especificação	Texto a Ser Aplicado	Material	Cor	Unidade de Medida	Quantidade Anual por Terceirizado
Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa.	Não se aplica	PVC	A critério da empresa	Unidade	1

Supervisor de Suporte em TI e Técnico de Suporte em TI - Modelagem Feminina						
Produto	Especificação	Texto a Ser Aplicado	Material	Cor	Unidade de Medida	Quantidade Anual por Terceirizado
Camiseta Polo Feminina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 50% Algodão e 50% Poliéster, Tipo Manga: Meia Manga, Tipo Colarinho: Gola Polo.	Logotipo do TRT3 no lado esquerdo Logotipo da empresa no lado direito Na parte de trás, superior e centralizado, deve estar escrito "SUPORTE"	Camisa: malha Piquet. Gola e punhos: ribana mista	Preta	Unidade	5
Camiseta Manga Longa Feminina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 100% Algodão, Tipo Manga: Manga Longa, Tipo Colarinho: Redonda.	Logotipo do TRT3 no lado esquerdo Logotipo da empresa no lado direito Na parte de trás, superior e centralizado, deve estar escrito "SUPORTE"	Camisa: malha 100% algodão	Preta	Unidade	2
Calça Jeans Feminina	Calça Jeans Feminina - Modelo: Tradicional	Não se aplica	Jeans	Azul escuro.	Unidade	3
Jaqueta Feminina	Jaqueta Feminina - Material: Náilon, Modelo: Zíper, Acabamento: Com Forro, Tipo Bolso: 2 Bolsos Externos Lateral, Tamanho: Sob Medida, Tipo Manga: Comprida, Punhos com elástico.	Logotipo do TRT3 no lado esquerdo Logotipo da empresa no lado direito	Jaqueta: Tactel. Forro: malha de telinha	Jaqueta e forro na cor preta	Unidade	1

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Supervisor de Suporte em TI e Técnico de Suporte em TI - Modelagem Feminina						
Produto	Especificação	Texto a Ser Aplicado	Material	Cor	Unidade de Medida	Quantidade Anual por Terceirizado
Cinto Feminino	Cinto Feminino - em couro, 01 (uma) face, na cor preta sem costura, fivela de metal, com garra regulável.	Não se aplica	Cinto: Couro. Fivela: metal	Cinto e costura: pretos. Fivela: prata	Unidade	2
Meia Soquete	Meia - Material: 70% Algodão 25% Poliamida E 5% Elastodieno.	Não se aplica	Algodão, poliamida e outra(s) fibra(s)	Branca	Par	12
Sapatênis Feminino	Tênis - Lona De Algodão - Sola: Borracha	Não se aplica	Cabedal: couro, sintético ou EVA / solado: borracha	Cabedal, solado e cadarço: preto	Par	1
Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa.	Não se aplica	PVC	A critério da empresa	Unidade	1



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

2. Modelos dos uniformes:

2.1. Camiseta polo:

- a) Dimensões da logo do TRT3: 5cm x 5cm
- b) Dimensões do texto “SUPORTE”: 20cm x 5cm



2.2. Logotipo do Tribunal:

- a) O Manual de Identidade Visual e as imagens a serem aplicadas encontram-se no endereço eletrônico: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/logomarca-trt-mg>.
- b) A imagem deve ser utilizada em formato circular e, conforme o Manual de Identidade Visual, recomenda-se a aplicação na posição vertical.
- c) A imagem abaixo é meramente ilustrativa:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO III - EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS						
ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCAS DE REFERÊNCIA	CATMAT	QUANTITATIVO
1	Relógio de ponto	RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO - funcionamento conectado à rede de informática, tipo impressão digital - biométrico, integração com qualquer rede software.	Unidade	Henry e EVO	247326	1



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO IV - TREINAMENTOS

1. Treinamento Introdutório – voltado para todas as categorias

1.1. Apresentação do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

- a) Para que serve a Justiça do Trabalho / Missão institucional
- b) A Justiça do Trabalho em Minas Gerais: o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
- c) Composição do Tribunal: Desembargadores, Juízes e Servidores
- d) As Unidades do Tribunal

1.2. Relacionamento com os clientes interno e externo do Tribunal:

- a) Abordagem e atendimento dos usuários;
- b) Evitar abordagens e diálogos desnecessários;
- c) Como abordar e atender usuários portadores de deficiências

1.3. Postura/Comportamento profissional:

- a) Não fazer uso de telefone celular durante o horário de trabalho

1.4. Relacionamento entre a equipe dos terceirizados:

- a) Trabalho em equipe
- b) Boa convivência
- c) A quem se reportar

1.5. Higiene Pessoal:

- a) Importância da higiene pessoal no ambiente de trabalho
- b) Conservação do uniforme

1.6. Práticas de Sustentabilidade:

- a) Redução da produção de resíduos sólidos, uso racional de recursos e equipamentos;
- b) Uso consciente de energia, água, papel;

1.7. Normas sanitárias e de segurança e saúde no trabalho:

- a) Riscos ocupacionais, nos termos da NR 01 do MTE:
 - a.1) os riscos ocupacionais que existam ou possam originar-se nos locais de trabalho;
 - a.2) os meios para prevenir e controlar tais riscos;
 - a.3) as medidas adotadas pela organização;
 - a.4) os procedimentos a serem adotados em situação de emergência; e
 - a.5) os procedimentos a serem adotados, em caso de constatação de uma situação de risco grave e iminente.
- b) Equipamentos de Proteção Individual, quando cabível, nos termos da NR 06 do MTE:
 - b.1) descrição do equipamento e seus componentes;
 - b.2) risco ocupacional contra o qual o EPI oferece proteção;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- b.3) restrições e limitações de proteção;
- b.4) forma adequada de uso e ajuste;
- b.5) manutenção e substituição; e
- b.6) cuidados de limpeza, higienização, guarda e conservação.

1.8. Relacionamento empresa x empregado:

- a) Políticas internas da empresa relativas a:
 - a.1) registro de jornada de trabalho;
 - a.2) compensação de jornada de trabalho mediante banco de horas;
 - a.3) apresentação de atestados médicos;
 - a.4) fornecimento de benefícios de vale-transporte e vale-alimentação, quando cabível;
 - a.5) acesso ao contracheque;
 - a.6) marcação de férias;
 - a.7) canal de comunicação com a empresa para saneamento de dúvidas
- b) Direitos e deveres dos empregados decorrentes de instrumento coletivo:
 - a) disponibilização do instrumento coletivo aplicável a cada categoria profissional;
 - b) esclarecimentos acerca de benefícios e potenciais descontos previstos em instrumento coletivo.

2. Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados – voltado para todas as categorias

- 2.1. A Contratada, nos termos do subitem 5.3 deste Termo de Referência, deverá garantir que todos os seus colaboradores designados para o contrato participem, antes do início das atividades, de Programa de Integração promovido pelo Contratante, no qual lhes serão apresentadas as normas de conduta, os processos de trabalho, a estrutura e as atribuições da Diretoria de Tecnologia e Informação da Comunicação (DTIC), bem como os princípios de segurança, confidencialidade e responsabilidade funcional que regem a atuação em ambiente do Poder Judiciário Federal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO V - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. Finalidade

- 1.1. Este capítulo estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação da qualidade da prestação dos serviços contratados, de modo a assegurar o alcance dos resultados esperados, a conformidade com os níveis mínimos de desempenho e a adequada vinculação entre o desempenho aferido e o pagamento devido à contratada.
- 1.2. O IMR é o ajuste escrito que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 1.3. A avaliação busca garantir a eficiência, a continuidade e a excelência das atividades executadas, além de fornecer subsídios para a aplicação de glosas, sanções e eventuais medidas corretivas, conforme os resultados obtidos.

2. Nível Mínimo de Serviços (NMS)

- 2.1. Níveis Mínimos de Serviços (NMS) são critérios mínimos aceitáveis por este Regional de modo a aferir e a avaliar diversos fatores relacionados ao cumprimento dos serviços contratados. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores e serão estabelecidas metas quantificáveis e objetivas a serem cumpridas pela contratada.
- 2.2. Tal procedimento integrará o rol de responsabilidades do Contratante e poderá levar ao redimensionamento do pagamento pelos serviços prestados a partir do Fator de Qualidade (FQ) apurado mensalmente.
- 2.3. A aferição dos resultados será realizada mensalmente por meio dessa avaliação, que consolida indicadores de desempenho técnico, de qualidade de atendimento e comportamental. O resultado global comporá o FQ, aplicado sobre o valor mensal contratual.
- 2.4. A avaliação da qualidade dos serviços prestados será feita pelo fiscal técnico/setorial, que se encarregará de verificar mensalmente as ferramentas de medição.
 - 2.4.1. o fiscal técnico/setorial encaminhará à fiscalização administrativa o Relatório Mensal de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados acompanhado do detalhamento para obtenção dos Indicadores de Qualidade dos Serviços Prestados.
 - 2.4.2. a fiscalização administrativa encaminhará o Relatório Mensal de Avaliação da Qualidade e seu detalhamento à Contratada que, querendo, poderá contestá-lo no prazo de 5 (cinco) dias, conforme previsto na alínea c, do subitem 8.1.7 do Termo de Referência.
- 2.5. Estes indicadores serão utilizados para medir o resultado da qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, servirão de base para o redimensionamento do valor mensal a ser pago à Contratada.
- 2.6. Caso as metas não sejam alcançadas, serão aplicadas glosas, ou seja, o pagamento será adequado ao resultado atingido. Além disso, caso os resultados apurados infringam os limites considerados críticos, poderão também ser aplicadas multas, conforme item 18 do Termo de Referência.
- 2.7. Devem ser observados os seguintes itens:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- 2.7.1. Os indicadores serão aferidos e avaliados mensalmente, considerando desde o primeiro dia ao último dia de cada mês;
- 2.7.2. O Contratante deve elaborar um relatório mensal com a avaliação e desempenho de todos os indicadores;

3. Método de cálculo dos indicadores

3.1. Os indicadores previstos neste anexo serão utilizados para mensurar a qualidade do serviço prestado.

3.2. Indicadores Técnicos de Desempenho (IT):

- 3.2.1. A cada indicador corresponde uma meta e um limite crítico que servem de balizadores para a aferição da qualidade do serviço prestado.
 - a) Meta: corresponde ao valor de desempenho esperado para o indicador, estabelecido como referência para a adequada prestação do serviço;
 - b) Limite Crítico: valor de referência para desempenho insuficiente, considerado crítico para o indicador correspondente.
- 3.2.2. O não cumprimento da meta significa prestação deficiente do serviço, segundo o critério medido pelo respectivo indicador, ao passo que o cumprimento da meta significa prestação integral e satisfatória daquele mesmo critério.
- 3.2.3. O intervalo compreendido entre a meta estabelecida e o respectivo limite crítico implica glosa no pagamento da fatura, sendo a glosa aplicada de forma proporcional, conforme a equação definida para cada indicador. A glosa tem uma relação linear com o valor apurado do seu indicador, com o objetivo de adequar o pagamento pelo resultado alcançado.
- 3.2.4. A violação do limite crítico servirá como referência para aplicação de penalidades, conforme item 18 do Termo de Referência, cumulativas às glosas calculadas pelas equações correspondentes.
- 3.2.5. O valor final dos Indicadores Técnicos de Desempenho, de acordo com as fórmulas constantes nos quadros do item 4.2.1 deste anexo, as quais se referem aos respectivos Fatores Redutores, será a soma dos indicadores e resulta no valor do Fator Redutor de IT (FR_{IT}), dado em porcentagem:

$$FR_{IT} = FR_{ILTA} + FR_{ITMF} + FR_{ICR1N} + FR_{ICANS} + FR_{ICR} + FR_{ICRCS} + FR_{ICRBC} + FR_{IAC}$$

3.3. Indicadores Comportamentais (IC):

- 3.3.1. Esse indicador tem por finalidade avaliar o desempenho comportamental da contratada, com base na avaliação dos itens previstos no item 4.2.2 deste Anexo.
- 3.3.2. A apuração do IC será realizada por meio da atribuição de conceitos qualitativos, convertidos em pontuações numéricas, a cada item avaliado, de acordo com o desempenho observado, nos seguintes termos:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Conceito	Pontuação
Ótimo	10
Bom	8
Regular	5
Ruim	3
Péssimo	0

- 3.3.3. Para o cálculo da pontuação total, será apurada a quantidade de itens em cada conceito, a qual será multiplicada pelo respectivo valor em pontos. E o somatório dos resultados alcançados corresponderá ao total de pontos obtidos no IC.
- 3.3.4. A pontuação total deste indicador será enquadrada de acordo com as Faixas de Ajuste do IC, conforme distribuição abaixo:

Faixas	Faixas de pontuação	Porcentagem do ICS e de ICT
Faixa 1	71 a 80	100%
Faixa 2	61 a 70	95%
Faixa 3	51 a 60	90%
Faixa 4	41 a 50	85%
Faixa 5	31 a 40	80%
Faixa 6	26 a 30	70%
Faixa 7	20 a 25	60%
Faixa 8	16 a 19	50%

- 3.3.5. O IC será apurado por meio da média ponderada entre os indicadores dos postos avaliados, conforme a fórmula a seguir:

$$IC = (0,1 \times ICS) + (0,9 \times ICT)$$

Onde:

ICS = Indicador Comportamental do posto de Supervisor de Suporte em TI;

ICT = Indicador Comportamental do posto de Técnico de Suporte em TI.

- 3.3.6. O IC final apurado será utilizado para fins de avaliação de desempenho da contratada e aplicação de eventuais glosas no faturamento e de multas contratuais, conforme previsão no item 18 do Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

3.3.7. O valor final do Fator Redutor de IC (FR_{IC}), dado em porcentagem, será obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$FR_{IC} = 100 - IC$$

3.4. Fator Redutor Final:

3.4.1. O Fator Redutor Final (FR) será apurado pela soma do FR_{IT} com o FR_{IC} , conforme metodologias específicas estabelecidas neste Anexo:

$$FR = FR_{IT} + FR_{IC}$$

3.4.2. O Fator Redutor Final (FR) corresponderá ao percentual de glosa a ser aplicado sobre o valor mensal devido à contratada, sendo apurado em função dos resultados obtidos nos Indicadores Técnicos de Desempenho (IT) e nos Indicadores Comportamentais (IC), efetivamente verificados durante o período de referência, conforme as metodologias de cálculo estabelecidas neste Anexo e neste Termo de Referência.

4. Critérios de Avaliação de Desempenho:

4.1. O desempenho da Contratada será avaliado com base em 2 (dois) eixos:

- a) Indicadores Técnicos de Desempenho (IT);
- b) Indicadores Comportamentais (IC).

4.2. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, suas definições e formas de apuração a serem aplicadas em caso de descumprimento das metas, além disso são apresentados exemplos de cálculos das glosas.

4.2.1. Indicadores Técnicos de Desempenho (IT)

a) Indicadores do Serviço de Atendimento de Primeiro Nível

a.1) Indicador ILTA: Índice de ligações telefônicas abandonadas

Indicador	ILTA
Descrição	Índice de ligações telefônicas abandonadas
Componentes	A = número de ligações abandonadas pelo usuário após 1 minuto e 15 segundos T= total de ligações registradas
Fórmula	$ILTA = (A/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\leq 3\%$
Limite crítico	10%



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Glosa (%) - FR_{ILTA}	$y = 1x - 3$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ILTA de 3% e 5% através da equação de cálculo dada por $y=1x-3$	<p>Para ILTA de 3%: $x=3$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y=1.3 - 3 = 3 - 3 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero</p> <p>Para ILTA de 5%: $x=5$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y=1.5 - 3 = 5 - 3 = 2$ Nesse caso, o valor da glosa é de 2%</p>

a.2) Indicador ITMF: Tempo médio na fila de espera

Indicador	ITMF
Descrição	Índice do tempo médio na fila de espera
Componentes	S = soma dos tempos de espera das ligações telefônicas T= total de ligações telefônicas na fila de espera
Fórmula	$ITMF = S/T$
Unidade	segundos
Meta	≤ 20 segundos
Limite crítico	60 segundos
Glosa (%) - FR_{ITMF}	$y = 0,05x - 1$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ITMF de 20 segundos e 40 segundos através da equação de cálculo dada por $y=0,05x-1$	<p>Para ITMF de 20 segundos: $x=20$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y=0,05. 20 - 1 = 1 - 1 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero</p> <p>Para ITMF de 40 segundos: $x=40$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo:</p>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

	$y = 0,05.40 - 1 = 2 - 1 = 1$ Nesse caso, o valor da glosa é de 1%
--	---

a.3) Indicador ICR1N: Índice de chamados respondidos em até 15 minutos do registro inicial

Indicador	ICR1N
Descrição	Índice de chamados respondidos em até 15 minutos do registro inicial
Componentes	R = total de chamados respondidos em até 15 minutos do registro inicial T = total de chamados resolvidos
Fórmula	$ICR1N = (R/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\geq 90\%$
Limite crítico	50%
Glosa (%) - FR_{ICR1N}	$y = -0,1x + 9$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ICR1N de 90% e 60% através da equação de cálculo dada por $y = -0,1x + 9$	Para ICR1N de 90%: $x = 90$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,1.90 + 9 = -9 + 9 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero Para ICR1N de 60%: $x = 60$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,1.60 + 9 = -6 + 9 = 3$ Nesse caso, o valor da glosa é de 3%

b) Indicadores do Serviço de Atendimento de Segundo Nível

b.1) Indicador ICANS: Índice de chamados resolvidos dentro do [ANS](#):

Indicador	ICANS
Descrição	Índice de chamados resolvidos dentro do ANS
Componentes	A = total de chamados resolvidos dentro do ANS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

	T= total de chamados resolvidos
Fórmula	$ICANS = (A/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\geq 95\%$
Limite crítico	75%
Glosa (%) - FR_{ICANS}	$y = -0,35x + 33,25$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ICANS de 95% e 80% através da equação de cálculo dada por $y = -0,35x + 33,25$	<p>Para ICANS de 95%: $x=95$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,35.95 + 33,25 = -33,25 + 33,25 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero</p> <p>Para ICANS de 80%: $x=80$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,35.80 + 33,25 = -28 + 33,25 = 5,25$ Nesse caso, o valor da glosa é de 5,25%</p>

b.2) Indicador ICR: Índice de chamados reabertos

Indicador	ICR
Descrição	Índice de chamados reabertos
Componentes	C = total de chamados reabertos T= total de chamados resolvidos
Fórmula	$ICR = (C/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\leq 3\%$
Limite crítico	4,5%
Glosa (%) - FR_{ICR}	$y = 1,333x - 3,999$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ICR de 3% e 4% através da equação de cálculo dada por	<p>Para ICR de 3%: $x=3$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = 1,333.3 - 3,999 = 3,999 - 3,999 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero</p>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

y=1,333x- 3,999	<p>Para ICR de 4%: x=4, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y=1,333.4 - 3,999 = 5,332 - 3,999 = 1,3$ Nesse caso, o valor da glosa é de 1,3%</p>
------------------------	--

b.3) Indicador ICRCS: Índice de chamados resolvidos pela Central de Serviços, sem redirecionamento para 3º nível

Indicador	ICRCS
Descrição	Índice de chamados resolvidos pela Central de Serviços, sem redirecionamento para o 3º nível
Componentes	RC = total de chamados resolvidos no 1º e 2º níveis sem redirecionamento T= total de chamados resolvidos
Fórmula	$ICRCS = (RC/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\geq 70\%$
Limite crítico	20%
Glosa (%) - FR_{ICRCS}	$y = -0,14x + 9,8$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ICRS de 70% e 40% através da equação de cálculo dada por $y = -0,14x + 9,8$	<p>Para ICRS de 70%: x=70, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,14.70 + 9,8 = -9,8 + 9,8 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero</p> <p>Para ICRS de 40%: x=40, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,14.40 + 9,8 = -5,6 + 9,8 = 4,2$ Nesse caso, o valor da glosa é de 4,2%</p>

c) Indicadores de Gerenciamento de Conhecimento

c.1) Indicador ICRBC: Índice de chamados resolvidos com Base de Conhecimento

Indicador	ICRBC
------------------	-------



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Descrição	Índice de chamados resolvidos com Base de Conhecimento
Componentes	RB = total de chamados resolvidos com Base de Conhecimento T= total de chamados resolvidos
Fórmula	$ICRBC = (RB/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\geq 80\%$
Limite crítico	40%
Glosa (%) - FR_{ICRBC}	$y = -0,175x + 14$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)
Exemplos de cálculos da glosa para ICRBC de 80% e 40% através da equação de cálculo dada por $y = -0,175x + 14$	Para ICRBC de 80%: x=80, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,175.80 + 14 = -14 + 14 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero Para ICRS de 40%: x=40, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,175.40 + 14 = -7 + 14 = 7$ Nesse caso, o valor da glosa é de 7%

c.2) Indicador IAC: Índice de atualização da Base de Conhecimento

Indicador	IAC
Descrição	Índice de atualização da Base de Conhecimento
Componentes	B = total de scripts atualizados na Base de Conhecimento (não vencidos) T= total de scripts
Fórmula	$IAC = (B/T) \times 100$
Unidade	%
Meta	$\geq 80\%$
Limite crítico	40%
Glosa (%) - FR_{IAC}	$y = -0,175x + 14$ (y = valor percentual da glosa, x = valor apurado do indicador)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Exemplos de cálculos da glosa para IAC de 80% e 40% através da equação de cálculo dada por $y = -0,175x + 14$	<p>Para IAC de 80%: $x=80$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,175.80 + 14 = -14 + 14 = 0$ Nesse caso, o valor da glosa é zero</p> <p>Para IAC de 40%: $x=40$, aplicando esse valor na fórmula de cálculo: $y = -0,175.40 + 14 = -7 + 14 = 7$ Nesse caso, o valor da glosa é de 7%</p>
---	---

4.2.2. Indicadores Comportamentais (IC)

a) O quadro abaixo se aplica a todos os postos de trabalho:

INDICADOR COMPORTAMENTAL - POSTURA, APRESENTAÇÃO E ROTINA DOS TERCEIRIZADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a postura, a apresentação e a rotina adequadas dos terceirizados.
Metas a cumprir	Garantir que 100% dos terceirizados tenham ótima postura e apresentação.
Instrumento de medição	Relatório mensal.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica/setorial acompanhará a postura, a apresentação e a rotina dos terceirizados, registrando as ocorrências em relatório próprio, que será entregue no final do mês.
Periodicidade	Mensal
Faixas de ajuste do IC	Faixa 1: DE 71 A 80 PONTOS - IC = 100% Faixa 2: DE 61 A 70 PONTOS - IC = 95% Faixa 3: DE 51 A 60 PONTOS - IC = 90% Faixa 4: DE 41 A 50 PONTOS - IC = 85% Faixa 5: DE 31 A 40 PONTOS - IC = 80% Faixa 6: DE 26 A 30 PONTOS - IC = 70% Faixa 7: DE 20 A 25 PONTOS - IC = 60% Faixa 8: DE 16 A 19 PONTOS - IC = 50%
Limite crítico	70%

b) Os indicadores abaixo estão discriminados por posto de trabalho

b.1) Supervisor de Suporte em TI:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADORES COMPORTAMENTAIS					
	ITENS AVALIADOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
UNIFORMES	Uso do crachá de identificação				
	Pontualidade / Assiduidade				
POSTURA	Urbanidade				
	Cumprimento integral da jornada de trabalho				
ROTINA	Acompanhar e supervisionar a execução dos serviços contratados, garantindo a conformidade com os níveis de serviço e indicadores de desempenho estabelecidos.				
	Planejar, coordenar e controlar as atividades técnicas e operacionais relacionadas ao suporte de primeiro e segundo níveis, bem como à gestão da base de conhecimento.				
	Promover o treinamento e a capacitação da equipe, além de organizar escalas de trabalho e monitorar a assiduidade dos profissionais.				
	Distribuir tarefas entre as equipes, organizar cronogramas de atendimento e assegurar o cumprimento dos prazos definidos.				

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA POSTURA, DA APRESENTAÇÃO E DA ROTINA DOS TERCEIRIZADOS		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uso completo do uniforme e EPIs (quando houver); • Peças de uniforme em bom estado de conservação, fornecimento de acordo com o especificado no contrato; • Uso de crachá; • Pontualidade, assiduidade; • Boa produtividade; • Urbanidade; • Coordena e supervisiona a execução dos serviços de suporte de 1º e 2º níveis, remoto e presencial, assegurando qualidade e eficiência; • Mantém a equipe organizada, motivada e disciplinada, promovendo a correta distribuição de tarefas e o cumprimento de prazos; • Monitora a execução das atividades e garante a comunicação efetiva com a fiscalização técnica; • Zela pela apresentação e conduta profissional da equipe.
BOM	08 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência isolada de atraso; • Uniforme incompleto ocasionalmente; • Registra pequenas falhas de coordenação ou comunicação, sem impacto significativo na qualidade geral dos serviços.
REGULAR	05 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Atrasos constantes; • Postura inadequada; • Apresenta falhas pontuais na organização ou no acompanhamento das atividades,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA POSTURA, DA APRESENTAÇÃO E DA ROTINA DOS TERCEIRIZADOS		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
		afetando parcialmente o desempenho da equipe.
RUIM	03 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uniforme incompleto; • Peças de uniforme em mau estado de conservação; • Falta do crachá; • Funcionário sem treinamento no setor, não identificado, não uniformizado e sem EPI (quando houver); • Funcionário não assíduo e não pontual; • Baixa produtividade; • Má-conduta; • Falhas recorrentes de supervisão ou comunicação com a equipe; • Acompanhamento insuficiente das rotinas e ausência de controle adequado das tarefas; • Falta de reporte tempestivo à fiscalização sobre intercorrências relevantes.
PÉSSIMO	0 - PONTOS	• Inadequação do serviço – possibilidade de aplicação de sanção administrativa, nos termos previstos no item 18 deste Termo de Referência.

b.1) Técnico de Suporte em TI:

INDICADORES COMPORTAMENTAIS					
ITENS AVALIADOS		ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
UNIFORMES	Uso do crachá de identificação				
	Pontualidade / Assiduidade				
POSTURA	Urbanidade				
	Cumprimento integral da jornada de trabalho				
ROTINA	Registrar, acompanhar e atualizar chamados no sistema de gestão de serviços, mantendo o usuário informado sobre o andamento e a solução das demandas.				
	Aplicar boas práticas de segurança da informação, incluindo a orientação de usuários sobre uso seguro de senhas, e-mails e navegação, além da execução de atualizações, patches e medidas preventivas em softwares e equipamentos.				
	Registrar e manter atualizada a base de conhecimento, documentando procedimentos e soluções recorrentes, bem como elaborando manuais e orientações destinados aos usuários.				



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADORES COMPORTAMENTAIS				
ITENS AVALIADOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
	Atuar com postura profissional e colaborativa, demonstrando proatividade, organização e boa fluência verbal e escrita no relacionamento com a equipe e com os usuários, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados.			

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA POSTURA, DA APRESENTAÇÃO E DA ROTINA DOS TERCEIRIZADOS		
CONCEITO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
ÓTIMO	10 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uso completo do uniforme e EPIs (quando houver); • Peças de uniforme em bom estado de conservação, fornecimento de acordo com o especificado no contrato; • Uso de crachá; • Pontualidade, assiduidade; • Boa produtividade; • Urbanidade; • Presta suporte técnico de 1º e 2º níveis, remoto e presencial, com eficiência e cordialidade; • Mantém registros completos e atualizados dos chamados e das soluções aplicadas; • Demonstra domínio técnico em sistemas operacionais, softwares e equipamentos de TI; • Aplica boas práticas de segurança e contribui ativamente para a melhoria contínua da base de conhecimento.
BOM	08 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência isolada de atraso; • Uniforme incompleto ocasionalmente; • Pequenas falhas operacionais ou de registro, sem impacto relevante na qualidade do atendimento ou na satisfação do usuário.
REGULAR	05 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Atrasos constantes; • Postura inadequada; • Ocorrências ocasionais de demora ou falhas na execução de chamados, causando transtornos pontuais aos usuários.
RUIM	03 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uniforme incompleto; • Peças de uniforme em mau estado de conservação; • Falta do crachá; • Funcionário sem treinamento no setor, não identificado, não uniformizado e sem EPI (quando houver); • Funcionário não assíduo e não pontual; • Baixa produtividade; • Má-conduta; • Falhas recorrentes na execução de atividades ou suporte técnico deficiente; • Comunicação inadequada com usuários ou descumprimento de procedimentos técnicos estabelecidos.
PÉSSIMO	0 - PONTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequação do serviço – possibilidade de aplicação de sanção administrativa, nos termos previstos no item 18 deste Termo de Referência.

5. Relatório Mensal de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- 5.1. A Fiscalização Administrativa receberá do fiscal técnico/setorial, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, o Relatório Mensal de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados, acompanhado do detalhamento para obtenção dos Indicadores de Qualidade dos Serviços Prestados, para apresentar à Contratada em até 10 (dez) dias.
- 5.2. No Relatório Mensal de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados constará o Fator Redutor (FR) a ser aplicado no valor global, já descontadas as ocorrências de frequências.
- 5.3. A partir de seu recebimento, caso deseje, a Contratada terá 5 (cinco) dias para contestar as falhas apontadas e/ou apresentar justificativas.
- 5.4. A Contratada deverá encaminhar mensalmente ao Contratante, juntamente com a Nota Fiscal, o Relatório de Avaliação assinado pelo representante ou preposto da empresa.
- 5.5. Segue abaixo o modelo padrão exemplificativo do Relatório Mensal de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados:

Pregão Eletrônico:		Contrato nº:	
Empresa Contratada:			
Objeto:			
Período: ____/____/____ a ____/____/____			
Fator de Qualidade:		Fator de Redutor:	
Valor da Glosa (VP x FR):			

INDICADOR 1 - INDICADORES TÉCNICOS DE DESEMPENHO (IT)			
Itens Vistoriados		FQ do IT (%)	FR do IT (%)
Indicadores do Serviço de Atendimento de Primeiro Nível	Indicador ILTA: Índice de ligações telefônicas abandonadas		
	Indicador ITMF: Tempo médio na fila de espera		
	Indicador ICR1N: Índice de chamados respondidos em até 15 minutos do registro inicial		
Indicadores do Serviço de Atendimento de Segundo Nível	Indicador ICANS: Índice de chamados resolvidos dentro do ANS		
	Indicador ICR: Índice de chamados reabertos		
	Indicador ICRCS: Índice de chamados resolvidos pela Central de Serviços, sem redirecionamento para 3º nível		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INDICADOR 1 - INDICADORES TÉCNICOS DE DESEMPENHO (IT)			
Indicadores de Gerenciamento de Conhecimento	Indicador ICRBC: Índice de chamados resolvidos com Base de Conhecimento		
	Indicador IAC: Índice de atualização da Base de Conhecimento		
TOTAL DO FATOR REDUTOR - INDICADOR 1:			

INDICADOR 2 - INDICADORES COMPORTAMENTAIS (IC)				
Indicador Comportamental do posto de Supervisor de Suporte em TI (ICS)			Indicador Comportamental do posto de Técnico de Suporte em TI (ICT)	
Itens Vistoriados	Apuração		Itens Vistoriados	Apuração
	QTD X EQV			QTD X EQV
Total de "ótimo" =	____ x 10 =		Total de "ótimo" =	____ x 10 =
Total de "bom" =	____ x 8 =		Total de "bom" =	____ x 8 =
Total de "regular" =	____ x 5 =		Total de "regular" =	____ x 5 =
Total de "ruim" =	____ x 3 =		Total de "ruim" =	____ x 3 =
Total de "péssimo" =	____ x 0 =		Total de "péssimo" =	____ x 0 =
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
Faixas do conceito			Ótimo - 10 pontos Bom - 8 pontos Regular - 5 pontos Ruim - 3 pontos Péssimo - 0 pontos	
Faixas de ajuste do IC			Faixa 1: DE 71 A 80 PONTOS - IC = 100% Faixa 2: DE 61 A 70 PONTOS - IC = 95% Faixa 3: DE 51 A 60 PONTOS - IC = 90% Faixa 4: DE 41 A 50 PONTOS - IC = 85% Faixa 5: DE 31 A 40 PONTOS - IC = 80% Faixa 6: DE 26 A 30 PONTOS - IC = 70% Faixa 7: DE 20 A 25 PONTOS - IC = 60% Faixa 8: DE 16 A 19 PONTOS - IC = 50%	
Indicadores	Fator de Qualidade por posto de trabalho (%)	Multiplicador	FQ do IC (%)	FR do IC (%)
Indicador Comportamental do posto de Supervisor de Suporte em TI		0,1		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Indicador Comportamental do posto de Técnico de Suporte em TI		0,9		
---	--	-----	--	--

Valor Final dos Indicadores			
Indicadores	Fator Redutor por Indicador (%)	Fator Redutor Final (%)	Fator de Qualidade Final (%)
Indicadores Técnicos de Desempenho			
Indicadores Comportamentais			

ASSINATURA DO FISCAL TÉCNICO/SETORIAL:	
ASSINATURA DO PREPOSTO/RESPONSÁVEL:	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

**ANEXO VI - FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU ALTERAÇÃO CADASTRAL DE
TRABALHADOR TERCEIRIZADO**

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO OU DE ALTERAÇÃO CADASTRAL DO TERCEIRIZADO	
IDENTIFICAÇÃO DO TERCEIRIZADO	
Nome:	
Data de nascimento:	
CPF:	
Data de Nascimento:	
Naturalidade (Município)/UF:	
Email:	
Endereço:	
Telefone:	
Empresa:	
Nº Contrato:	
Posto de trabalho:	() Supervisor de Suporte em TI 40h () Técnico de Suporte em TI 40h
Vale-transporte:	O terceirizado recebe vale-transporte? () Não () Sim - Valor vale-transporte (tarifa 1): R\$ _____ Quantidade passagens/dia (tarifa 1): _____ Valor vale-transporte (tarifa 2): R\$ _____ Quantidade passagens/dia (tarifa 2): _____
Município de alocação do posto:	
Data de alocação no TRT:	
Nepotismo:	O trabalhador é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou servidor do TRT 3ª Região? () Não () Sim. Identificação do magistrado/servidor _____
INFORMAÇÕES SOCIAIS (Autodeclaração)	
Sexo:	() Feminino () Masculino () Intersex (pessoa que desenvolve características biológicas e físicas mescladas, normalmente atribuídas aos sexo feminino e masculino) () Não declarado

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Identidade de Gênero:	<input type="checkbox"/> Cisgênero (pessoas que se identifica com seu sexo biológico - feminino ou masculino) e que sente atração/desejo por pessoas do sexo oposto <input type="checkbox"/> Transgênero (pessoa que não se identifica com o próprio sexo biológico) <input type="checkbox"/> Transexual (pessoa que não se identifica com sexo biológico identificado em seu corpo ao nascer. Geralmente o transexual opta por modificações corporais por meio de terapias hormonais e intervenções cirúrgicas, mas não é regra) <input type="checkbox"/> Travesti (pessoa que veste de forma a ser reconhecida com gênero diferente feminino, mas não se reconhece como mulher. Apenas vivência e experiência). <input type="checkbox"/> Gênero Fluído (pessoa que se identifica ora com gênero feminino, ora com o masculino, entre outras variações. <input type="checkbox"/> Agênero (pessoa que não se identifica nem com o gênero masculino nem com o feminino) <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Prefiro não informar
Raça/Cor:	<input type="checkbox"/> Amarelo(a) <input type="checkbox"/> Branco(a) <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Negro(a)/Preto (a) <input type="checkbox"/> Negro(a)/Parda(a) <input type="checkbox"/> Prefiro não informar
Deficiência:	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, deficiência física <input type="checkbox"/> Sim, deficiência auditiva <input type="checkbox"/> Sim, deficiência visual <input type="checkbox"/> Sim, deficiência intelectual <input type="checkbox"/> Sim, deficiência psicossocial
Se mulher, se enquadra em situação de vulnerabilidade?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, mulher vítima de violência doméstica <input type="checkbox"/> Sim, mulher trans ou travesti <input type="checkbox"/> Sim, mulher migrante e refugiada <input type="checkbox"/> Sim, mulher em situação de rua <input type="checkbox"/> Sim, mulher egressa do sistema prisional <input type="checkbox"/> Sim, mulher indígena, campesina ou quilombola
Egresso do sistema prisional:	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino médio <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior
Salário Família:	Faz jus ao salário família? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim - Filho ou equiparado menor de 14 anos / Qntd. _____ Filho ou equiparado com deficiência / Qntd. _____
DOCUMENTAÇÃO A SER ENCAMINHADA PELA EMPRESA AO TRIBUNAL	
1) Relatório de registro do empregado e das anotações na Carteira de Trabalho Digital realizado no Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) 2) ASO (cópia referente à exame médico vigente) 3) Certificado que comprove a escolaridade, quando se tratar de qualificação mínima exigida para o posto de trabalho. 4) Termo de Compromisso com a Segurança da Informação e LGPD 5) Certificado de Participação no Programa de Integração promovido pelo Contratante - Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA EMPRESA EM:	
Data:	Responsável da empresa/ Certificado Digital ou Assinatura Eletrônica gov.br



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VII - MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PAGAMENTO

CHECKLIST PARA O ATESTE DE NOTA FISCAL			
Recebimento Provisório			
Documentos a cargo dos fiscais técnico/setoriais	Juntado ao Proad		Observações
	Sim	Não	
Formulário de frequência (TRP)			
IMR			
Documentos a cargo dos fiscais administrativos	Juntado ao Proad		Observações
	Sim	Não	
Relatório de conferência de folha de pagamento e benefícios			
Relatório Circunstanciado			
Recebimento Definitivo			
Documentos a cargo do gestor	Juntado ao Proad		Observações
	Sim	Não	
Termo de Recebimento Definitivo			
Documentos encaminhados pela Contratada Ref. Mês prestação dos serviços	Juntado ao Proad		Observações
	Sim	Não	
Planilha de Faturamento			
Notas Fiscais			
Documento auxiliar de retenção de ISSQN (RANFS/DAPS/DRF)			
Listagem analítica da folha de pagamento			
Comprovante de quitação da folha de pagamento			
Comprovante de pagamento de vale-alimentação			
Comprovante de pagamento de vale-transporte			
Comprovante de pagamento dos benefícios: Assistência aos Filhos e Auxílio ao Dependente Deficiente			
Guia do FGTS Digital (GFD) (Acompanhada do respectivo comprovante de pagamento)			
Guia de Recolhimento INSS (DARF) (Acompanhada do respectivo comprovante de pagamento)			
Declaração de enquadramento de aposentadoria especial			
Relatórios	Relação de Trabalhadores		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

FGTS Digital	· Relação de Tomadores de Serviço			
Relatórios DCTFWeb	· Relatório de Créditos			
	· Relatório de Débitos			
	· Relatório Resumo de Créditos			
	· Relatório Resumo de Débitos			
	· Relatório da Declaração Completa			
	· Recibo da Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários			
Consulta Consolidada Pessoa Jurídica (TCU)	· TCU - Licitantes Inidôneos			
	· CNJ - Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA)			
	· Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)			
	· Portal Transparência - Cadastro Nacional de Empresas Punidas			
Certidões Fiscais e Trabalhista	· Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)			
	· Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)			
	· Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Federais e à Dívida Ativa da União (CND - Unificada RFB/PGFN)			
Pós Recebimento Definitivo				
Documentos a cargo do gestor		Juntado ao Proad		Observações
		Sim	Não	
Ateste no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT)				
Responsável pela juntada				
Data:	____/____/____	<div style="border-top: 1px solid black; width: 100%;"></div> Fiscal Administrativo		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE APOSENTADORIA ESPECIAL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - APOSENTADORIA ESPECIAL				
A (NOME DA EMPRESA) - prestadora de serviços continuados de suporte de Primeiro Nível, de Segundo Nível, Remoto e Presencial e de Gestão da Base de Conhecimento de Tecnologia da Informação e Comunicação para atender ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, executado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com a alocação de postos de Supervisor de Suporte em TI e Técnico de Suporte em TI - Contrato (Número do Contrato):				
()	Declaro que os terceirizados abaixo relacionados fazem jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição			
CPF	Nome completo do Terceirizado	Posto de Trabalho	Localidade	Código FAE¹
¹Código FAE é aquele constante da tabela 02 (eSocial) - Financiamento da Aposentadoria Especial e Redução do Tempo de Contribuição				
Declaro que os demais Terceirizados integrantes do contrato (Número do Contrato) não listados na tabela anterior não fazem jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição				
()	Declaro que não há nenhum terceirizado pertencente ao referido contrato que faça jus a condições especiais de trabalho, cuja atividade permita concessão de aposentadoria especial após 15, 20 e 25 anos de contribuição			
Declaro, ainda, que as informações anteriores estão em consonância com aquelas transmitidas via Evento-S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos do eSocial)				
Local: _____ Data: ____/____/____				



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

<hr/> Responsável Técnico pela Saúde e Segurança do Trabalho (SST)	<hr/> Representante Legal ou Preposto



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO IX - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. ELABORAÇÃO DA PLANILHA

- 1.1. As planilhas de custos e formação de preços apresentadas relativas aos serviços a serem contratados são meramente para fins de estimativa do preço máximo aceitável, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la, em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste Termo de Referência.
- 1.2. Será disponibilizada a versão eletrônica em arquivo editável do modelo de planilha de custos e formação de preços constante deste Anexo, para uniformização da apresentação das propostas.
- 1.3. O licitante deverá apresentar as planilhas preenchidas em formato Microsoft Excel e também em PDF, juntamente com a memória de cálculo detalhada constando a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos.
- 1.4. Deverá ser preenchida uma planilha para cada tipo de posto e, caso ocorram alterações necessárias referentes ao modelo apresentado, estas deverão ser justificadas, uma vez que servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução contratual.
- 1.5. A proposta deverá ser apresentada tendo por base os custos referentes ao exercício financeiro de 2026, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho, uma vez que esse foi o parâmetro utilizado para a definição dos valores estimados.
- 1.6. O contrato será firmado com base no valor original da proposta declarada vencedora, resguardando-se à contratada, porém, eventual direito ao reequilíbrio econômico financeiro, mediante atualização dos valores/percentuais concernentes a essa proposta, notadamente de acordo com o instrumento coletivo de trabalho que vier a ser homologado para as categorias dessa contratação.
- 1.7. Na elaboração de sua proposta, o licitante deverá utilizar norma coletiva de trabalho correspondente ao enquadramento sindical do empregador, o qual é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (Acórdão 1097/2019 Plenário).
- 1.8. Para fins de estimativa, o custo relativo ao equipamento relógio de ponto foi previsto considerando sua vida útil mensal.
 - 1.8.1. Cumpre destacar que a obrigatoriedade do registro eletrônico de frequência somente se aplica a partir da contratação que resulte no somatório superior a 20 (vinte) empregados terceirizados, em conformidade com o disposto no art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
 - 1.8.2. Dessa forma, o reembolso do custo relativo ao relógio de ponto será devido somente a partir da formalização do contrato em que se configurar a obrigatoriedade de aquisição do referido equipamento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 1.9. Os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser definidos utilizando como parâmetros os Códigos Tributários Municipais e as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. O licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas de custos e formação de preços com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato, definido nas respectivas legislações.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- 1.10. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS, conforme Acórdão nº 2.647/2009 – Plenário TCU, não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições, devendo a Contratada inserida nessa situação utilizar os percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, a ser comprovado por meio da documentação constante do [Anexo XIV](#).
- 1.11. O licitante deve preencher o item C do Submódulo 2.2 da planilha de custos e formação de preços com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP no exercício vigente, a serem comprovados no envio de sua proposta, mediante apresentação de documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante e de certidão contendo o percentual do FAP.
- 1.12. Conforme Acórdão 1.595/2006 – Plenário – TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para o Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a Contratada.
- 1.13. Os dados estatísticos podem ser alterados de acordo com a realidade da empresa. Nesse caso, deve a empresa apresentar memória de cálculo para que seja possível entender como foi obtido o novo percentual utilizado.
- 1.14. É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

2. INFORMAÇÕES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

Item A – Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) – Informar data de apresentação da proposta.

Item B – Município/UF – Informar o Município e a Unidade Federativa (UF) onde será executado o serviço.

Item C – Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo/Ano – Informar qual Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo utilizado como base e Ano de sua celebração.

Nos casos em que houver, informar o termo aditivo ao instrumento coletivo, principalmente nos casos em que a convenção coletiva ou acordo coletivo tiver vigência por mais de um ano.

Item D – Nº de meses de execução contratual – Informar número de meses da execução contratual, de acordo com o Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item 1 – Tipo de Serviço – Informar a denominação do serviço a ser contratado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Item 2 – Unidade de medida – Informar a unidade de medida de acordo com o Termo de Referência.

Item 3 – Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) – Informar a quantidade total a ser contratada, em função da unidade de medida, de acordo com o Termo de Referência.

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Item 1 – Tipo de Serviço – Informar a denominação do serviço a ser contratado.

Item 2 – Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Informar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da ocupação.

Item 3 – Salário Normativo da Categoria Profissional – Informar o salário normativo da categoria profissional.

Os salários encontram-se devidamente discriminados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando que os valores ora indicados são superiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho das respectivas categorias profissionais.

Item 4 – Categoria profissional – Informar a categoria profissional vinculada ao serviço a ser contratado.

Item 5 – Data-base da categoria – Informar a data-base da categoria, prevista nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Este módulo refere-se ao salário-base devido ao empregado pela prestação mensal do serviço, acrescido dos adicionais previstos em lei ou em acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Item A – Salário-Base – Informar o valor do salário normativo estabelecido na convenção coletiva da categoria ou outro valor acima deste, desde que expostas as justificativas.

Item B – Adicional de Periculosidade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para trabalhos que impliquem condições de risco à saúde ou integridade física do trabalhador (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 193 e 194 da CLT).

Incidirá sobre o salário-base o percentual de 30%.

Cálculo = 30% x Salário-Base

Custo não previsto para a contratação.

Item C – Adicional de Insalubridade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância considerados adequados. (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 189 a 192 da CLT).

Não há previsão de postos insalubres no Termo de Referência. Caso verificada a insalubridade, será necessário apresentar laudo de perícia técnica que comprove o efetivo contato do trabalhador com agentes biológicos capazes de ensejar o enquadramento da atividade como geradora do adicional de insalubridade.

Incidirá sobre o salário mínimo estadual ou o nacional ou o salário normativo da categoria, se expressamente estabelecido na convenção coletiva, o percentual de:

a) 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

b) 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

c) 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Cálculo = 10%, 20% ou 40% (a depender do grau de insalubridade) x Salário mínimo (nacional ou regional) ou piso da categoria, se expressamente estabelecido em convenção coletiva.

Obs.: O trabalhador que fizer jus ao adicional de periculosidade e de insalubridade deverá optar por um dos adicionais.

Item D – Adicional Noturno – Previsto para o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte em um percentual de, no mínimo, 20% sobre o valor do salário hora normal, sem prorrogação quando da jornada 12x36 horas (art. 7º, IX da CF/88; art. 73 da CLT), observadas as disposições expressas em contrário na convenção coletiva da categoria.

Incidirá sobre o salário-base e os adicionais e gratificações previstos na lei e/ou convenção coletiva, proporcionais ao número de horas noturnas de uma jornada de 12 horas, e o percentual de 20% ou outro previsto em convenção coletiva.

Cálculo = [(Salário-Base + Adicionais e Gratificações previstos na lei e/ou convenção coletiva) x Número de horas noturnas/12] x 20% (ou outro percentual previsto em convenção coletiva) x quantidade de dias por mês (média).

Considerando 365 dias no ano e 253 dias úteis no ano de 2026 de 2ª a 6ª (estimativa de 12 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 21 como total de dias trabalhados no mês para as jornadas de 40 horas semanais.
- 15 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Custo não previsto para a contratação.

Item E – Adicional de Hora Noturna Reduzida – Previsto em razão da hora do trabalho noturno corresponder a 52 minutos e 30 segundos (art. 73, § 1º da CLT), observadas as disposições em contrário na convenção coletiva.

Será computado o pagamento de 7min e 30s a cada hora noturna.

Incidirá sobre o salário-base e os adicionais e gratificações previstos na lei e/ou convenção coletiva, proporcionais a quantidade de horas noturnas computadas de uma jornada de 12 horas, o percentual de 120% (correspondente a 100% da hora diurna, acrescida do adicional noturno de 20% ou outro percentual previsto em convenção coletiva) e o percentual de 150% (correspondente a 100% da hora normal, acrescida do adicional de hora extra de 50% ou outro previsto em convenção coletiva, se o caso).

Cálculo = [(Salário-Base + Adicionais e Gratificações previstos na lei e/ou convenção coletiva) x (7,5*Número de horas noturnas/52,5)/12] x [100% + 20% (ou outro percentual previsto em convenção coletiva)] x [100% + 50% (ou outro percentual previsto em convenção coletiva, se o caso)]

Custo não previsto para a contratação.

Item F – Acúmulo de função (Rem) – Percentual ou valor de adicional de acúmulo de função, em caso de previsão na convenção coletiva da categoria ou no Termo de Referência. O cálculo deverá ser adaptado à previsão do caso concreto.

Item G – Hora Extra – Prevista em razão da prorrogação da jornada de trabalho ultrapassar a 40 horas semanais e ou 200 horas mensais (nesta já incluso os descansos semanais remunerados), sem



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

compensação do excesso de horas trabalhadas, observadas as disposições expressas na convenção coletiva da categoria.

Incidirá sobre o salário-base e os adicionais e gratificações previstos na lei e/ou convenção coletiva observando-se o divisor de 200 (jornada 40h) para o cálculo do valor da hora normal de trabalho, o percentual de 150% (correspondente a 100% da hora normal, acrescida do adicional de hora extra de 50% ou outro previsto em convenção coletiva).

Cálculo = [(Salário-Base + Adicionais e Gratificações previstos na lei e/ou convenção coletiva) / 200 x quantidade de dias por mês (média)] x [100% + 50% (ou outro percentual previsto em convenção coletiva)].

Considerando 365 dias do ano e 253 dias úteis no ano de 2026 de 2ª a 6ª (estimativa de 12 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 21 como total de dias trabalhados no mês para as jornadas de 40 horas semanais.
- 15 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Custo não previsto para a contratação.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

Item A – 13º (décimo terceiro) Salário – Corresponde à gratificação natalina (art. 7º, VIII da CF/88; Lei nº 4.090/1962; Lei nº 4.749/1965; Decreto 57.155/1965). Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Cálculo = $(1/11) \times 100 = 9,09\%$

Item B – Adicional de Férias – Corresponde ao adicional de no mínimo 1/3 da remuneração do empregado (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT), observadas as disposições mais vantajosas previstas na convenção coletiva da categoria. Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Cálculo = $[(1/3)/11] \times 100 = 3,03\%$

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

São os percentuais estabelecidos pela legislação vigente e incidem sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e o Total do 13º salário e do Adicional de Férias (Submódulo 2.1).

ITEM	%	FUNDAMENTO
A – INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.
C - SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (RAT x FAP)¹	Variável	Art. 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91, Decreto n.º 3.048/99 e Decreto n.º 6.957/2009.
D – SESC ou Sesi	1,50%	Art. 30º, Lei n.º 8.036/90.
E – SENAI - SENAC	1,00%	Decreto n.º 2.318/86.
F - SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.
G – INCRA	0,20%	Art. 1º, Inciso I, Decreto-Lei nº 1.146/70.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

H – FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88.
-----------------	-------	---

Nota 1 - O Seguro Acidente de Trabalho consiste na multiplicação do RAT (Risco Ambiental de Trabalho) e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

RAT = percentual que mede o risco da atividade econômica, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da atividade preponderante desenvolvida pela empresa. Será de 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3%, para risco grave (Anexo I, da IN RFB 2110/2022). Para fins de estimativa, consideram-se todas as atividades como de risco médio.

FAP = multiplicador que afere o desempenho da empresa relativamente aos acidentes de trabalho ocorridos. Varia anualmente de 0,5000 a 2,0000, por estabelecimento. Para fins de estimativa, considerou-se o valor de 2,0000.

Microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples: nos termos do art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional e demais entidades de serviço social autônomo.

Portanto, nesse caso, deverão estar zeradas as alíquotas do Salário Educação, SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e INCRA.

As alíquotas do INSS e do Seguro Acidente de Trabalho também deverão estar zeradas para as empresas optantes pelo Simples Nacional, exceto, conforme o artigo 13, inciso VI, para as empresas que se dediquem às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, enquadradas no Anexo IV.

Empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011, as empresas que dediquem a determinadas atividades preponderantes poderão optar pela tributação sobre o valor da receita bruta, utilizando a nova alíquota efetiva sobre Contribuição Patronal do período de transição no item A – INSS do submódulo 2.2.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Item A – Transporte – Corresponde ao valor referente aos custos de transporte do empregado, pago pelo empregador, por meio de transporte próprio ou por meio de fornecimento de vales-transportes (Art. 458, § 2º, III da CLT; Lei 7.418/85; Decreto 10.854/21). Observar se há transporte público municipal na localidade e se houve efetiva opção do empregado pelo benefício.

Informar o valor do custo real do benefício, por dia efetivamente trabalhado, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 6% de seu salário-base.

$\text{Cálculo} = (\text{Valor Unitário da Passagem do Município} \times \text{Quantidade de passagens por dia} \times \text{Total de dias trabalhados no mês}) - (6\% \times \text{Salário-Base})$

Considerando 365 dias do ano e 253 dias úteis no ano de 2026 de 2ª a 6ª (estimativa de 12 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 21 como total de dias trabalhados no mês para as jornadas de 40 horas semanais.
- 15 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

As tarifas de transporte foram preenchidas nas planilhas de custos com base em pesquisa realizada em todas as unidades do Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Item B – Auxílio-Refeição/Alimentação – Corresponde ao valor referente aos custos de alimentação do empregado pago pelo empregador, por dia/mês efetivamente trabalhado, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 10.854/2021).

Informar o valor do custo real do benefício, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 20% do benefício.

Cálculo = (Valor diário do benefício x Total de dias trabalhados no mês) - Desconto previsto em convenção coletiva (se houver).

Considerando 365 dias do ano e 253 dias úteis no ano de 2026 de 2ª a 6ª (estimativa de 12 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 21 como total de dias trabalhados no mês para as jornadas de 40 horas semanais.
- 15 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Ou, em caso de previsão de valor mensal para o benefício:

Cálculo = Valor mensal do benefício

Item C – Cesta Básica - Corresponde ao valor mensal para o benefício, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 10.854/2021).

Item D - Assistência Médica e Familiar – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Programa de Assistência Familiar (PAF) ou Programa de Assistência à Saúde do Trabalhador (PAST).

Item E – Seguro de vida, invalidez e funeral – Corresponde ao valor referente ao custo com seguro de vida, invalidez e funeral, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, V da CLT).

Informar o valor por empregado, comprovado mediante apresentação da apólice de seguro.

Item F – Contribuição Assistencial Patronal (CAP) – Corresponde ao valor referente ao custo com a contribuição assistencial devida ao Sindicato Patronal, se houver previsão na convenção coletiva.

Informar o valor mensal por empregado. Havendo previsão de valor anual, por empregado, provisionar em 12 meses

Item G - Outros (especificar) – Informar valores mensais de outros benefícios, que não tenham natureza salarial, não relacionados nos itens anteriores, previstos em convenção coletiva ou por força de lei. Tais como: Programa de Qualificação e Marketing (PQM), Programa de Assistência Odontológica (PAO) etc.

Observação: Na CCT paradigma da presente contratação, nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira, respectivamente, há previsão de benefícios com Assistência aos Filhos e com Auxílio ao Dependente Deficiente. Tais benefícios foram estimados para esta contratação conforme parâmetros demonstrados no [Anexo X](#). Destaca-se que esses custos serão pagos, mediante comprovação, observando o limite da quantidade de postos estimados na proposta do licitante.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).

Item A – Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador de receber o salário correspondente ao prazo do aviso, quando ocorrer rescisão do contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio (art. 7º, XXI da CF; art. 487, § 1º da CLT).

Cálculo = $(1/12) \times$ Probabilidade de ocorrência de demissões com Aviso Prévio Indenizado no ano.

Para fins de estimativa, considerou-se 1 mês de remuneração, provisionado por 12 meses, considerando a probabilidade de 5% dos empregados (Estudos CNJ – Resolução 98/2009), por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

Cálculo = $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Item B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se da incidência do percentual de 8% do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – API (Súmula 305 do TST).

Cálculo = $8\% \times$ Percentual do API (Item A)

Cálculo = $8\% \times 0,42\% = 0,03\%$

Item C – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicada sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

Cálculo = $40\% \times 8\% \times [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 5\% = 0,19\%$

Item D – Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador de faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos, na demissão com aviso prévio trabalhado, ao final do período de vigência do contrato (art. 7º, XXI da CF/88; art. 488 da CLT).

Cálculo = $[(7/30)/12] \times 100\% = 1,94\%$

Considera-se a proporção dos 7 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada nos 12 meses de vigência contratual, para 100% dos empregados.

Item E – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado – APT (Súmula 305 do TST).

Cálculo = Percentual do APT (Item D) \times Percentual total do Submódulo 2.2

Item F – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 100% dos funcionários que serão demitidos ao final do contrato.

Cálculo = $40\% \times 8\% \times (1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12) \times 100\% = 3,82\%$



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Este módulo refere-se ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e podem variar conforme dados estatísticos da empresa.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Item A – Substituto na cobertura de Férias – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do período de férias de 30 (trinta) dias corridos, adquirido pelo empregado, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT).

Cálculo = $(1/11) \times 100 = 9,09\%$

Item B – Substituto na cobertura de Ausências Legais – Corresponde ao custo de reposição em decorrência das ausências ao trabalho asseguradas ao empregado: morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a júízo; entre outros (arts. 131, I e 473 da CLT).

Cálculo = $[(\text{Número estimado de ausências legais no ano}/30)/12] \times 100$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 2,96 dias de ausência legal (Acórdão TCU 1753/2008), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

Cálculo = $[(2,96/30)/12] \times 100 = 0,82\%$

Item C – Substituto na cobertura de Licença-Paternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência do empregado por 5 (cinco) dias quando do nascimento de filho (art. 7º, XIX da CF/88; art. 10, § 1º do ADCT), ou outro previsto em convenção coletiva.

Cálculo = $[(5/30)/12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças-paternidade no ano}$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 7 dias de ausência, conforme a CCT paradigma, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, com a estimativa de 1,5% dos empregados, por ano, usufruírem da licença-paternidade, de acordo com o IBGE (Estudos do CNJ – Resolução 98/2009)

Cálculo = $[(7/30)/12] \times 1,5\% = 0,03\%$

Item D – Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência pelos 15 (quinze) primeiros dias em que o empregado encontra-se afastado por acidente de trabalho e a empresa contratada tem o dever de remunerá-lo. Após esse período, o ônus passa a ser do INSS (art. 131, III da CLT; art. 75 do Decreto n.º 3.048/99)

Cálculo = $[(15/30)/12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças por acidente de trabalho no ano}$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 15 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, considerando a estimativa de 0,78% dos empregados, por ano, usufruírem da licença por acidente de trabalho, de acordo com o Ministério da Previdência e Assistência Social (Estudos do CNJ – Resolução 98/2009).

Cálculo = $[(15/30)/12] \times 0,78\% = 0,03\%$

Item E – Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência da empregada por 120 (cento e vinte) dias quando do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

nascimento (adoção e guarda) de filho (art. 7º, XVIII da CF/88; art. 392 da CLT; arts. 71 a 73 da Lei nº 8.213/91; art. 86 da IN RFB nº 971/2009).

$\text{Cálculo} = [(\text{Férias} + \text{Adicional de Férias})/12] \times \text{Meses de afastamento por licença maternidade}/12 \times \text{Percentual de mulheres no tipo de serviço} \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças-maternidade no ano.}$

Para fins de estimativa, considerou-se o custo efetivo de afastamento maternidade (apenas férias e adicional de férias, pois o INSS reembolsa o salário e o 13º salário da beneficiária), pelos 4 (quatro) meses de licença maternidade no ano, a proporção de 50% de mulheres e com a estimativa de 2% das empregadas, por ano, usufruírem da licença-maternidade, de acordo com o IBGE.

$\text{Cálculo} = [(1 + 1/3)/12] \times (4/12) \times 50\% \times 2\% = 0,04\%$

Item F – Substituto na cobertura de Ausência por doença – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência por enfermidade (art. 131, III e 476 da CLT; art. 18, I e arts. 59 ao 63 da Lei nº 8.213/91).

$\text{Cálculo} = [(\text{Número estimado de ausências por doença no ano}/30)/12] \times 100$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 5,96 dias de ausência legal (Acórdão TCU 1753/2008), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

$\text{Cálculo} = [(5,96/30)/12] \times 100 = 1,66\%$

Item G – Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) – Informar custos de reposição em decorrência de outras ausências não relacionadas nos itens anteriores, previstas em lei ou convenção coletiva, sem prejuízo do salário.

Item H – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição dos itens A a G.

$\text{Cálculo} = \text{Percentual total dos Itens A a G do Submódulo 4.1} \times \text{Percentual total do Submódulo 2.2}$

Submódulo 4.2 - Intra jornada

Item A – Intervalo para repouso ou alimentação – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do intervalo para repouso ou alimentação, de no mínimo, de 1 (uma) hora, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 6 horas (art. 71 da CLT). Dependerá de expressa previsão no termo de referência.

A convenção coletiva e o acordo coletivo poderão reduzir o intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 (trinta) minutos (art. 611-A, III da CLT).

$\text{Cálculo} = [(\text{Total da remuneração} / \text{Divisor para cálculo do salário-hora})] \times \text{Duração do intervalo intrajornada em horas} \times \text{Total de dias trabalhados no mês}$

Alternativamente, admite-se a previsão do custo em decorrência da não concessão do intervalo intrajornada, que implica o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, observadas as disposições expressas em contrário na convenção coletiva da categoria.

$\text{Cálculo} = [(\text{Total da remuneração} / \text{Divisor para cálculo do salário-hora})] \times \text{Duração do intervalo intrajornada em horas} \times [100\% + 50\% \text{ (ou outro percentual previsto em convenção coletiva)}] \times \text{Total de dias trabalhados no mês}$

Considerando 365 dias do ano e 253 dias úteis no ano de 2026 de 2ª a 6ª (estimativa de 12 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- 21 como total de dias trabalhados no mês para as jornadas de 40 horas semanais.
- 15 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 12x36 horas (proporção de 50% da média de dias por mês).

Custo não previsto para a contratação.

Item B – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Intra jornada – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo da intra jornada, apenas quando substituído o empregado nesse período.

Cálculo = Percentual total do Item A do Submódulo 4.2 x Percentual total do Submódulo 2.2

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Este módulo consiste nos valores mensais, por empregado, dos uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços, detalhados no Termo de Referência. O licitante deverá preenchê-los com o valor do custo por ela apurado.

Item A – Uniformes – Corresponde ao custo mensal de todos os itens que compõem o conjunto dos uniformes, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência e disposições da convenção coletiva da categoria.

Os valores foram definidos com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública e/ou em mídia especializada e/ou por licitante.

Cálculo = (Valor unitário de cada item do conjunto de uniformes x Quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano) / 12

Considera-se o valor unitário de cada item do conjunto de uniformes multiplicado pelo quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano, provisionado em 12 meses.

Observação – Equipamentos – Corresponde ao custo mensal dos equipamentos necessários à execução direta dos serviços, conforme regras de cálculo da depreciação abaixo demonstrado.

Cálculo = Custo do relógio de ponto / tempo de vida útil (em meses), considerando os impactos do MÓDULO 6 (conforme Anexo X - Equipamentos, da planilha modelo)

O custo relativo ao relógio de ponto será devido somente a partir da formalização do contrato em que se configurar a obrigatoriedade de aquisição do equipamento, conforme previsto no Item 1.8 deste Anexo. O relógio de ponto foi estimado para esta contratação conforme parâmetro demonstrado no [Anexo X](#).

O único equipamento cotado para esta contratação é o relógio de ponto.

MÓDULO 6 - CUSTO INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Este módulo refere-se aos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, por empregado, compreendendo eventuais custos não previstos expressamente nos módulos anteriores.

Item A – Custos Indiretos – Corresponde aos custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto; e seguros.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5).

$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5}) \times \text{Percentual de custos indiretos}$

Para fins da estimativa, foi utilizado o percentual de 5% para os custos indiretos, com base no Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Item B – Lucro – Corresponde ao ganho decorrente da exploração da atividade econômica.

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5 e Item A do Módulo 6 - Custos Indiretos).

$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos}) \times \text{Percentual de lucro}$

Para fins da estimativa, foi utilizado o percentual de 7,89% para o lucro, com base no Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Item C – Tributos

C.1 – Programa de Integração Social (PIS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 07/1970.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 1,65% (art. 2º da Lei nº 10.637/2002)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 0,65% (art. 8º, I da Lei nº 9.715/1998)

$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) / [1 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISS})] \times \text{Alíquota PIS}$

As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa deverão cotar percentual que represente a média das alíquotas de PIS efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, conforme regras estabelecidas neste Termo de Referência.

C.2 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 70/1991.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 7,60% (art. 10, I da Lei nº 10.833/2003)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 3% (art. 8º da Lei nº 9.718/1998)

$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) / [1 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISS})] \times \text{Alíquota COFINS}$

As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa deverão cotar percentual que represente a média das alíquotas de COFINS efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, conforme regras estabelecidas neste Termo de Referência.

C.3 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Imposto municipal previsto no art. 156, III da Constituição Federal de 1988. Disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003.

Alíquota definida pela legislação municipal do local da prestação do serviço, podendo variar entre 2% e 5% (art. 8º e 8º-A da LC nº 116/2003).

$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) / [1 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISS})] \times \text{Alíquota ISSQN}$

Empresas optantes pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): nos termos do art. 9-Aº da Lei 12.546/2011, as empresas que se dediquem a determinadas atividades preponderantes



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

poderão optar pela tributação sobre o valor da receita bruta, em substituição ao INSS Patronal. Nesse caso, as empresas optantes pela contribuição da receita bruta deverão considerar a alíquota efetiva do período de transição sobre a CPRB a que estão sujeitas na composição do Módulo 6.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Processo nº:

Licitação nº:

Pregão Eletrônico nº:

Data do Pregão: DD/MM/AAAA

Horário

XX:XX

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/ UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo do serviço	
2	Unidade de medida	
3	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo do serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional	
5	Data-base da categoria	

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

1	Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário-base					
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	N	Percentual	30%	R\$
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	Salário Mín.	Grau	R\$
				R\$ 1.621,00		
D	Adicional noturno	Sim/Não	N	Horas not.	Adicional (%)	R\$
E	Adicional de hora noturna reduzida	Sim/Não	N	Valor hora not. (min)	Adicional HE (%)	R\$
				52,5		
F	Acúmulo de função (Rem)	Sim/Não	N	Percentual		R\$
G	Hora Extra	Sim/Não	N	Percentual		R\$
TOTAL DA REMUNERAÇÃO						R\$

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS									
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias									
2.1	13º salário e adicional de férias						(%)	Valor (R\$)	
A	13º salário						9,09%	R\$	
B	Adicional de férias						3,03%	R\$	
TOTAL							R\$		
Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições									
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições						(%)	Valor (R\$)	
A	INSS						20,00%	R\$	
B	Salário Educação						2,50%	R\$	
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)		R\$	2,00%	FAP	2,0000	4,00%	R\$	
D	SESC ou SESI						1,50%	R\$	
E	SENAI ou SENAC						1,00%	R\$	
F	SEBRAE						0,60%	R\$	
G	INCRA						0,20%	R\$	
H	FGTS						8,00%	R\$	
TOTAL							37,80%	R\$	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$
		S		2		6%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$
			S			7,5%	
C	Cesta Básica						R\$
D	Assistência Médica e Familiar						R\$
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						R\$
F	Contribuição Assistencial Patronal (CAP)						R\$
G	Outros (especificar)						R\$
TOTAL							R\$
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias						R\$
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições						R\$
2.3	Benefícios Mensais e Diários						R\$
TOTAL							R\$

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO					
3	Provisão para Rescisão			(%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	Estimativa anual	5%	0,42%	R\$
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,03%	R\$
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,19%	R\$
D	Aviso Prévio Trabalhado	Estimativa contrato	100%	1,94%	R\$
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,73%	R\$
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado			3,82%	R\$
TOTAL				R\$	

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais					
4.1	Substituto nas Ausências Legais			(%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias			9,09%	R\$
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	Dias por ano	2,96	0,82%	R\$
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	Estimativa anual	1,50%	0,03%	R\$
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	Estimativa anual	0,78%	0,03%	R\$
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Proporção de mulheres	Estimativa anual	0,04%	R\$
		50%	2%		
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença	Dias por ano	5,96	1,66%	R\$
G	Outros (Especificar)			0,00%	R\$
SUBTOTAL				11,67%	R\$
H	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do PA			4,41%	R\$
TOTAL				R\$	

Submódulo 4.2 - Intrajornada							
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação						Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	SIM/NÃO	Adicional	Divisor	Duração (h)	Dias	R\$
		N					
		Tem substituto?					
		N					
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Intrajornada						R\$
TOTAL							R\$

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$
4.2	Intra jornada	R\$
TOTAL		R\$

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$
B	Equipamentos (custo mensal por empregado)	R\$
C	Outros (especificar)	R\$
TOTAL		R\$

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			(%) Valor (R\$)
A	Custos indiretos			5,00% R\$
B	Lucro			7,89% R\$
C	Tributos			11,75% R\$
C.1	Tributos Federais	PIS	1,65%	R\$
C.2		COFINS	7,60%	R\$
C.3	Tributos Municipais	ISSQN	2,50%	R\$
TOTAL				R\$

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
0	R\$	1	R\$	0	R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					R\$



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO X - ESTIMATIVAS DE CUSTOS DE DIÁRIAS, DOS BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA AOS FILHOS E DO AUXÍLIO AO DEPENDENTE DEFICIENTE E DOS EQUIPAMENTOS

1. Estimativa de quantitativo e valores de diárias.

DIÁRIAS - QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS	
Quantitativo Anual Estimado de Diárias	200
Valor Unitário da Diária ¹	R\$ 387,45
Valor Unitário Estimado da Diária, considerando Tributos e Custos Indiretos.	R\$ 460,98
Valor Total Mensal Estimado	R\$ 7.683,00
Valor Total Anual Estimado	R\$ 92.196,00

¹O valor de repasse da diária ao terceirizado que fizer jus a este direito, não deverá ser inferior a R\$ 387,45 (trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos). De tal forma que a repactuação se dará nos moldes do item 16.10 deste Termo de Referência.

2. Assistência aos Filhos - Corresponde ao valor pago pela empresa às empregadas, por filho ou filha, durante 24 (vinte e quatro) meses após o retorno da licença-maternidade, desde que perdure o vínculo empregatício, se houver previsão na convenção coletiva.

Cálculo = Valor do benefício previsto em convenção coletiva, considerando os impactos do módulo 6 (demonstrado na planilha modelo) x o número de postos estimados com Assistência aos Filhos.

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção de 50% de mulheres com a estimativa de 50% das empregadas terem filhos.

O custo somente será reembolsado à empresa mediante a devida comprovação do pagamento às suas empregadas.

3. Auxílio ao Dependente Deficiente - Corresponde ao valor pago pela empresa ao empregado que tiver filho ou menor sob sua guarda, portador de necessidades especiais, deficiência física e/ou mental, sendo o benefício destinado a auxiliar o empregado no custeio das despesas, devidamente comprovadas, com tratamentos e/ou escolas especializadas, sem limite de idade para o filho dependente, desde que não tenha renda própria de qualquer natureza ou não esteja em gozo de benefício da Previdência Social, o que deverá ser devidamente comprovado pelo empregado, se houver previsão na convenção coletiva.

Cálculo = Valor do benefício previsto em convenção coletiva, considerando os impactos do módulo 6 (demonstrado na planilha modelo) x o número de postos estimados com Auxílio ao Dependente Deficiente.

Para fins de estimativa, considerou-se a estimativa de 7,30% da população com deficiência, de acordo com o Censo IBGE 2022.

O custo somente será reembolsado à empresa mediante a devida comprovação do pagamento aos seus empregados.

4. Custos dos equipamentos - Corresponde ao custo mensal dos equipamentos necessários à execução direta dos serviços, conforme regras de cálculo da depreciação abaixo demonstrado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Cálculo = Custo do relógio de ponto / tempo de vida útil (em meses), considerando os impactos do MÓDULO 6 (conforme Anexo X - Equipamentos, da planilha modelo)

O custo relativo ao relógio de ponto será devido somente a partir da formalização do contrato em que se configurar a obrigatoriedade de aquisição do equipamento, conforme previsto no Item 1.8 do Anexo IX.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XI - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. Para composição dos valores indicados nas tabelas abaixo, foram elaboradas planilhas de custos e formação de preços individualizadas por posto e por município, conforme parâmetros detalhados nos [Anexo IX](#) e [Anexo X](#).
2. Para fins de elaboração da presente contratação, foi adotada como paradigma a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) firmada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais (SINDADOS-MG) e Sindicato da Indústria de Software e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (SINDINFOR), indicada a seguir:
 - [CCT SINDINFOR x SINDADOS-MG 2025-2027](#) (número de registro no MTE: MG004156/2025), com vigência no período de 1º/09/2025 a 31/08/2027 e data-base da categoria em 1º de setembro.
3. Os salários dos postos de trabalho a serem contratados encontram-se devidamente discriminados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando que os valores indicados na estimativa de preços são superiores ao estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
4. Para fins de estimativa dos preços dos insumos foi realizada pesquisa nos termos dispostos no [Anexo XII](#).
5. Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos do art. 23 da IN Seges/ME nº 73/2022.
 - 5.1. Para fins de observância do art. 22 da IN Seges/ME nº 73/2022, deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de 0,1% entre os lances, conforme valores indicados na tabela a seguir.
 - 5.2. Os lances deverão ser realizados considerando-se o quantitativo de postos previsto, conforme tabelas abaixo:

VALOR ESTIMADO - RESUMO		
Nº Postos	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
24	R\$ 202.462,90	R\$ 2.429.554,80
Qtd. de Diárias por demanda¹ Anual	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
200	R\$ 7.683,00	R\$ 92.196,00
Benefícios de assistência aos filhos e auxílio ao dependente deficiente²	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
8	R\$ 3.260,32	R\$ 39.123,84



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Custo dos Equipamentos	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
	R\$ 24,71	R\$ 296,52
Valor Total Anual da Contratação		R\$ 2.561.171,16

¹Quantidade estimada, conforme item 1 do Anexo X do Termo de Referência.

²Quantidade estimada, conforme itens 2 e 3 do Anexo X do Termo de Referência.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - TOTAL						
Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Belo Horizonte	Supervisor de Suporte em TI 40h	1	R\$ 14.557,50	R\$ 14.557,50	R\$ 174.690,00	R\$ 14,56
	Técnico de Suporte em TI 40h	23	R\$ 8.169,80	R\$ 187.905,40	R\$ 2.254.864,80	R\$ 8,17
		24		R\$ 202.462,90	R\$ 2.429.554,80	
	Diárias por demanda			R\$ 7.683,00	R\$ 92.196,00	
	Benefícios de assistência aos filhos e auxílio ao dependente deficiente			R\$ 3.260,32	R\$ 39.123,84	
	Custo dos Equipamentos			R\$ 24,71	R\$ 296,52	
	Total				R\$ 2.561.171,16	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XII - PESQUISA DE PREÇO DE INSUMOS

1. Para a realização da Pesquisa de Preços da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de comunicação social nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados - SEGEST baseou-se na Lei nº 14.133/2021 e na IN Seges/ME nº 65/2021.
2. Desse modo, a pesquisa priorizou os valores encontrados no Painel de Preços, em aquisições ou contratações similares de outros entes públicos firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.
 - 2.1. A memória de cálculo do relatório da pesquisa de preços segue o art. 6º da IN Seges/ME nº 65/2021, tendo como método para obtenção do preço estimado a mediana, medida de tendência central, que indica a posição do valor da amostra equidistante dos extremos preços muito baixos e preços muito elevados.
 - 2.2. Assim, a pesquisa, incidindo sobre um conjunto de três ou mais preços, priorizou os valores encontrados no Painel de Preços, em aquisições ou contratações firmadas no período de até 12 (doze) meses anteriores à 16/04/2026, data de realização da referida pesquisa.
3. Por fim, foram utilizados os preços de pesquisa realizada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo em 16/04/2026.
4. Para a definição dos quantitativos de uniformes na versão masculina e na versão feminina foi levada em consideração a participação equânime, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, em cada uma das categorias profissionais.
5. Quanto aos bens permanentes para o cálculo da depreciação anual foi utilizado o Anexo III – Taxas anuais de Depreciação da Instrução Normativa RFB Nº 1700/2017

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

UNIFORMES - PESQUISA DE PREÇO											
ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO DE UNIFORME POR TERCEIRIZADO ANUAL	QUANTITATIVO TOTAL DE TERCEIRIZADOS	QUANTITATIVO TOTAL ANUAL	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL ANUAL
1	Calça Jeans Feminina	Calça Jeans Feminina - Modelo: Tradicional	Unidade	601191	3	12	36	R\$ 40,0000	R\$ 65,5736	R\$ 56,8000	R\$ 2.044,80
2	Calça Jeans Masculina	Calça Jeans Masculina - Modelo: Tradicional	Unidade	255987	3	12	36	R\$ 44,0000	R\$ 79,6167	R\$ 85,0000	R\$ 3.060,00
3	Camiseta Manga Longa Feminina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 100% Algodão, Tipo Manga: Manga Longa, Tipo Colarinho: Redonda.	Unidade	374132	2	12	24	R\$ 18,0000	R\$ 38,5417	R\$ 32,1150	R\$ 770,76
4	Camiseta Manga Longa Masculina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 100% Algodão, Tipo Manga: Manga Longa, Tipo Colarinho: Redonda.	Unidade	374132	2	12	24	R\$ 18,0000	R\$ 34,1500	R\$ 32,1150	R\$ 770,76
5	Camiseta Polo Feminina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 50% Algodão e 50% Poliéster, Tipo Manga: Meia Manga, Tipo Colarinho: Gola Polo.	Unidade	614860	5	12	60	R\$ 15,0000	R\$ 46,9106	R\$ 45,0000	R\$ 2.700,00
6	Camiseta Polo Masculina	Camiseta - Camisa Uniforme Material: Malha 50% Algodão e 50% Poliéster, Tipo Manga: Meia Manga, Tipo Colarinho: Gola Polo.	Unidade	614860	5	12	60	R\$ 15,0000	R\$ 47,0478	R\$ 45,0000	R\$ 2.700,00
7	Cinto Feminino	Cinto Feminino - em couro, 01 (uma) face, na cor preta sem costura, fivela de metal, com garra regulável.	Unidade	344396	2	12	24	R\$ 15,0000	R\$ 56,7519	R\$ 38,0000	R\$ 912,00
8	Cinto Masculino	Cinto Masculino - em couro, 01 (uma) face, na cor preta sem costura, fivela de metal, com garra regulável.	Unidade	344396	2	12	24	R\$ 15,0000	R\$ 56,7519	R\$ 38,0000	R\$ 912,00
9	Jaqueta Feminina	Jaqueta Feminina - Material: Náilon, Modelo: Zíper, Acabamento: Com Forro, Tipo Bolso: 2 Bolsos Externos Lateral, Tamanho: Sob Medida, Tipo Manga: Comprida, Punhos com elástico.	Unidade	455531	1	12	12	R\$ 69,0000	R\$ 157,2741	R\$ 140,5000	R\$ 1.686,00

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

UNIFORMES - PESQUISA DE PREÇO											
ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO DE UNIFORME POR TERCEIRIZADO ANUAL	QUANTITATIVO TOTAL DE TERCEIRIZADOS	QUANTITATIVO TOTAL ANUAL	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL ANUAL
10	Jaqueta Masculina	Jaqueta Masculina - Material: Náilon, Modelo: Zíper, Acabamento: Com Forro, Tipo Bolso: 2 Bolsos Externos Lateral, Tamanho: Sob Medida, Tipo Manga: Comprida, Punhos com elástico.	Unidade	455531	1	12	12	R\$ 69,0000	R\$ 157,2741	R\$ 140,5000	R\$ 1.686,00
11	Meia Soquete	Meia - Material: 70% Algodão 25% Poliamida E 5% Elastodieno.	Par	617437	12	24	288	R\$ 1,4500	R\$ 3,6792	R\$ 2,1650	R\$ 623,52
12	Sapatênis Feminino	Sapatênis - Material: Lona De Algodão - Sola: Borracha	Par	621192	1	12	12	R\$ 18,7000	R\$ 69,5241	R\$ 59,1700	R\$ 710,04
13	Sapatênis Masculino	Sapatênis - Material: Lona De Algodão - Sola: Borracha	Par	621192	1	12	12	R\$ 18,7000	R\$ 69,3280	R\$ 59,1700	R\$ 710,04
14	Crachá	Laminado em material PVC branco, Formato padrão CR-80, com as seguintes dimensões: 86 x 54 x 0,75mm (mesmo tamanho e espessura de um cartão de crédito), contendo a logomarca da empresa.	Unidade	631076	1	24	24	R\$ 0,7800	R\$ 2,6217	R\$ 2,6050	R\$ 62,52
Total											R\$ 19.348,44

EQUIPAMENTOS - PESQUISA DE PREÇO										
ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCAS DE REFERÊNCIA	CATMAT	QUANTITATIVO	MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Relógio de ponto	RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO - funcionamento conectado à rede de informática, tipo impressão digital - biométrico, integração com qualquer rede software.	Unidade	Henry e EVO	247326	1	R\$ 1.000,0000	R\$ 2.983,3772	R\$ 2.310,0000	R\$ 2.310,00



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XIII - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Proposta de Preço - Pregão Eletrônico nº _____ / 2026	
Dados do Licitante	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço completo:	
Telefone:	
E-mail:	
Dados Bancários do Licitante	
Banco:	
Agência:	
Conta:	
Praça de pagamento:	
Endereço da Ag.:	
Dados do representante legal responsável pela assinatura do contrato	
Nome:	
Estado civil:	
Profissão:	
CPF:	
Identidade:	
Domicílio:	
Cargo:	
Prazo de validade da proposta: _____	
Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, relativamente às quais apresento a seguinte proposta de preços.	
_____, de ____/____/____	
_____ Representante Legal ou Preposto	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

RESUMO DA PROPOSTA		
Nº Postos	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
24	R\$	R\$
Qtd. de Diárias por demanda¹ Anual	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
200	R\$	R\$
Benefícios de assistência aos filhos e auxílio ao dependente deficiente²	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
8	R\$	R\$
Custo dos Equipamentos	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
	R\$	R\$
Valor Total Anual da Contratação		R\$

¹Quantidade estimada, conforme item 1 do Anexo X do Termo de Referência.

²Quantidade estimada, conforme itens 2 e 3 do Anexo X do Termo de Referência.

DETALHAMENTO DA PROPOSTA					
Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL
Belo Horizonte	Supervisor de Suporte em TI 40h	1	R\$	R\$	R\$
	Técnico de Suporte em TI 40h	23	R\$	R\$	R\$



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

		24		R\$	R\$
	Diárias por demanda			R\$	R\$
	Benefícios de assistência aos filhos e auxílio ao dependente deficiente			R\$	R\$
	Custo dos Equipamentos			R\$	R\$
	Total				R\$



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

OBSERVAÇÕES SOBRE A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

1. Os licitantes deverão informar os preços por item, valor por empregado, valor unitário do posto mensal, valor total mensal e valor total anual, conforme planilha “Detalhamento da Proposta” acima.
2. Somente o arrematante deverá encaminhar ao Tribunal a proposta comercial detalhada e ajustada ao valor ofertado, constando todas as características que individualizem o produto e/ou serviço objeto da presente contratação, acompanhada das respectivas planilhas preenchidas em formato Microsoft Excel e em PDF, juntamente com a memória de cálculo detalhada constando a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos, nos termos constantes do [Anexo IX](#) e do [Anexo X](#) deste Termo de Referência.
3. Ao ajustar os preços ao valor da proposta, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais.
4. A proposta em PDF deverá estar devidamente assinada e acompanhada de cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal. Caso seja designado um procurador, deverá ser apresentada a procuração que conceda poderes específicos para representar a empresa em licitações e firmar contratos.
5. Deverão os licitantes se atentarem às regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio alimentação e outros benefícios, conforme disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 176/2024, devendo apresentar juntamente com a proposta, os seguintes documentos:
 - a) declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
 - b) cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;
 - c) cópia do(s) Acordo(s), Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho ou Dissídio(s) Coletivo(s) utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
 - d) declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021.
6. Serão desclassificadas as propostas que, conforme disposto no art. 59, da Lei 14.133/2021:
 - a) contiverem vícios insanáveis;
 - b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que seja insanável.
7. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XIV - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA

1. A empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar, conforme item 5 deste anexo, comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de “Faturamento Mensal” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e a “Contribuição Apurada”, “Crédito Descontado” devem ser extraídos do Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;
 - b) cópia do Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual. Este documento apresenta o faturamento mensal;
 - c) cópia do Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual. Este documento apresenta a Contribuição Apurada, o Crédito Descontado de PIS e COFINS.
2. Caso a licitante/Contratada tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.
3. Para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da e/ou prorrogação contratual, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual.
4. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº10.637/2002 e nº10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.
5. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta e/ou prorrogação contratual, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

EXEMPLO Apuração do percentual médio efetivo de recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses:					
Mês/Ano	Faturamento Mensal (A)	Contribuição Apurada (B)	Crédito Descontado (C)	Contribuição Devida (D=B-C)	Percentual Efetivo (E=D/A)
mar/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
abr/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
mai/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jun/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jul/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
ago/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
set/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
out/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
nov/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
dez/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jan/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
fev/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Percentual médio do período					0,00%

EXEMPLO - Apuração do percentual médio efetivo de recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses:					
Mês	Faturamento Mensal (A)	Contribuição Apurada (B)	Crédito Descontado (C)	Contribuição Devida (D=B-C)	Percentual Efetivo (E=D/A)
mar/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
abr/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
mai/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jun/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jul/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
ago/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
set/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
out/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
nov/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
dez/23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
jan/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
fev/24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Percentual médio do período					0,00%

- a) **Passo 1: Mês** - Indicar os meses que a documentação fiscal se refere (EFD-Contribuições), conforme regras do Termo de Referência (últimos 12 meses cuja documentação já seja exigível pela Receita Federal). Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento. Para tanto, é necessário excluir as linhas dos meses não utilizados. Importante: O arquivo digital da EFD-Contribuições conterá as informações referentes às operações praticadas e incorridas em cada período de apuração mensal e será transmitido até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês de referência da escrituração digital (art. 7º da IN RFB nº. 1.252/2012). Portanto, quando a depender do dia do mês, a data do último arquivo disponível por parte da empresa terá uma diferença de até 2 meses anteriores a data da proposta. Exemplo: proposta de 02 de maio de 2024, o último arquivo exigível pela



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

empresa foi entregue 10º dia útil de abril/2024 e se refere a escrituração de fevereiro/2024. Portanto, as alíquotas efetivas serão calculadas com base nos meses de março/2023 até fevereiro/2024.

- b) **Passo 2: Faturamento Mensal (A)** - Preencher a coluna do Faturamento Mensal base de cálculo com os dados da coluna "Valor Total dos Itens" e linha "Total de Receitas/Saídas" dos Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. (Figura a seguir):

REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST					
Contribuinte:					
CNPJ:		Código SCP:			
Regime: Escrituração detalhada pelo regime de competência					
Período de Apuração: 01/02/2023 a 28/02/2023					
CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	67.514.099,38	64.483.165,28	64.483.165,28	1.005.839,73	4.633.310,62
02	174.264,42	174.264,42	174.264,42	1.132,72	6.970,58
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	67.688.363,80	64.657.429,70	64.657.429,70	1.006.972,45	4.640.281,20
50	28.321.127,08	28.325.407,05	28.325.407,05	467.366,70	2.152.730,86
70	5.084.608,99	0,00	0,00	0,00	0,00
73	2.023.858,95	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	35.429.595,02	28.325.407,05	28.325.407,05	467.366,70	2.152.730,86

* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT_BC_PIS e QUANT_BC_COFINS).

- c) **Passo 3: Contribuição Apurada (B) e Crédito Descontado (C)** - Preencher com os dados do Recibo de Entrega da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD Contribuições) referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o valor da contribuição cumulativa/não cumulativa, o crédito descontado de PIS e COFINS:

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED			Versão EFD-Contribuições: 5.0.2
RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES			
IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO			
Contribuinte:			
CNPJ:	SCP:	Tipo: Original	
Identificação do arquivo:			
Período de apuração: 01/02/2023 a 28/02/2023			
APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS	
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO			
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 466.893,92	R\$ 2.150.541,67	
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 528.171,34	R\$ 2.433.180,14	
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 466.893,92	R\$ 2.150.541,67	
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 25.688,54	R\$ 118.562,55	
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 35.588,88	R\$ 164.075,92	
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO			
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 3.778,62	R\$ 17.439,78	
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 3.778,62	R\$ 17.439,78	

- d) **Passo 4: Contribuição Devida (D=B-C) e Percentual Efetivo (E=D/A)** - Com base nos passos anteriores, a planilha calculará a contribuição devida, o percentual efetivo do mês e o percentual médio efetivo do período.

6. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante/Contratada e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

7. O modelo da declaração, em formato excel editável, será disponibilizado pelo Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

**ANEXO XV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Nome:	
CPF:	
Cargo:	
Empresa:	
CNPJ:	
<p><input type="checkbox"/> Declaro ter vistoriado as instalações da Justiça do Trabalho da 3ª Região referentes ao Pregão Eletrônico N° XX/2026, e atesto estar ciente das condições das instalações físicas em geral.</p> <p><input type="checkbox"/> Declaro que tenho pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, nos moldes exigidos pelo Anexo V (item 2.4, "c") da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.</p> <p>Por ser verdade, firmo a presente.</p>	
Obs.:	
<p>_____, ____ de _____ de 2026.</p> <p>_____ Assinatura do responsável/preposto da empresa</p>	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XVI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

DECLARAÇÃO	
Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:	
1	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Órgão/Empresa:• Endereço do Órgão/Empresa:• Número do contrato:• Vigência do Contrato:• Valor total do contrato:
2	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Órgão/Empresa:• Endereço do Órgão/Empresa:• Número do contrato:• Vigência do Contrato:• Valor total do contrato:
(...)	(...) enumerar todos os contratos firmados
Valor total dos contratos: R\$	
<div>_____ / ____ / ____</div> <div>_____</div> <div>Representante legal</div>	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XVII - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____, com sede em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato _____ representada _____ pelo(a) _____ Sr(a) _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei:

Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal. Que não possui empregados(as) executando trabalho degradante ou forçado, conforme disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Que não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades da área encarregada da licitação deste Tribunal, nos termos do art. 2 da Resolução n. 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça. DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que não possui, em seu quadro funcional, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que não possui, em seu quadro funcional, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

DECLARA, por fim, sob as penas da lei, não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nos 29 e 105 e do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) representante



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XVIII - TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD

TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD

A empresa _____, parte CONTRATADA no contrato _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, compromete-se, por intermédio do presente Termo, a não divulgar, sem autorização, informações do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO a que tiver acesso em decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Definição de Informações

Consideram-se informações quaisquer dados e informações do TRT3 ou dados pessoais de magistrados, servidores, empregados ou jurisdicionados, revelados antes ou depois da assinatura deste Termo, incluindo seus bens de informação, topologias, usuários, senhas de acesso, planos, processos, operações, pessoal, propriedades, produtos e serviços, bem como quaisquer outras informações que o Tribunal considerar proprietárias e/ou confidenciais.

§ 1º - Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá tratá-la sob sigilo até que haja autorização expressa por escrito do Tribunal para tratamento diverso. O silêncio não será interpretado como liberação do compromisso de sigilo.

§ 2º - Excluem-se das disposições desta cláusula informações ou materiais que já estiverem disponíveis publicamente nos portais, redes sociais ou instrumentos produzidos com tal finalidade pelo TRT.

CLÁUSULA SEGUNDA - Políticas do Tribunal

A CONTRATADA obriga-se a conhecer e observar a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC-TRT3), a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PPDP) e a Política de Comunicação Social do TRT3, disponíveis no portal do Tribunal, bem como a cumprir as normas instituídas pelas Resoluções GP nº 134/2019, GP nº 212/2021 e GP nº 268/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - Uso das Informações

A CONTRATADA concorda que as informações a que terá acesso serão utilizadas exclusivamente nos processos relacionados à execução do objeto contratado, observando integralmente a legislação aplicável, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018).

CLÁUSULA QUARTA - Responsabilidade de Terceiros

A CONTRATADA deverá determinar a todos os seus representantes - diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço - que estejam direta ou indiretamente envolvidos na prestação de serviços, a observância integral do presente Termo, adotando todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigação de Notificação

Caso a CONTRATADA seja obrigada, por intimação judicial ou administrativa, a revelar quaisquer informações, deverá notificar imediatamente o TRT3 por escrito, possibilitando ao Tribunal adotar as medidas cabíveis ou consentir formalmente com a divulgação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

CLÁUSULA SEXTA - Comunicação de Violações

A CONTRATADA compromete-se a informar imediatamente ao TRT3 qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas, decorrente de ação ou omissão própria, de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Responsabilidade

O descumprimento das cláusulas deste Termo acarretará responsabilidade civil e criminal dos envolvidos.

CLÁUSULA OITAVA - Compromissos

Não utilizar informações sigilosas ou pessoais para benefício próprio ou de terceiros, mantendo-as em absoluta reserva;

Não efetuar gravação ou cópia da documentação sigilosa para fins diversos da função ou cargo;

Manter cautela ao exibir dados em telas, impressoras ou meios eletrônicos, evitando acesso não autorizado;

Não se ausentar da estação de trabalho sem encerrar sessão ou bloquear o equipamento;

Não revelar senhas, alterá-las regularmente e responsabilizar-se por sua segurança;

Não acessar sites impróprios ou realizar downloads ilegais;

Respeitar normas de segurança do sistema e limites legais para tratamento de dados pessoais;

Informar imediatamente incidentes de segurança à SETIN e/ou ao controlador/encarregado de dados pessoais.

CLÁUSULA NONA - Conceitos e Definições

Para os efeitos deste Termo, aplicam-se, entre outras, as definições constantes do artigo 5º da LGPD e as seguintes:

Agente Público: todo aquele que exerce função, cargo ou mandato na Administração Pública;

Informação: dados processados ou não, passíveis de gerar conhecimento;

Informação pessoal: relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Informação sigilosa: submetida a restrição de acesso por imperativo legal ou segurança do Estado;

Incidente de segurança: evento que comprometa a integridade, autenticidade ou disponibilidade de qualquer ativo de TI;

Proprietário da informação: indivíduo ou órgão responsável primário pela informação;

Dado pessoal sensível, anonimizado, banco de dados, titular, controlador, operador, encarregado, agentes de tratamento, tratamento, anonimização, consentimento, bloqueio, eliminação, transferência internacional de dados, uso compartilhado de dados, relatório de impacto, órgão de pesquisa e autoridade nacional - conforme detalhamento legal e regulamentar da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA - Sanções



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

O não cumprimento do presente Termo implicará:

Para servidores: sanções internas, de advertência à demissão por justa causa, conforme Art. 132, IX, da Lei nº 8.112/90;

Para parceiros, estagiários, prestadores de serviço ou terceirizados: advertência até rescisão contratual, com aplicação de multas previstas;

Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, fica eleito o foro de Belo Horizonte/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Declaro que li, compreendi e aceito integralmente as disposições deste Termo, assumindo todas as responsabilidades legais, administrativas e civis decorrentes do seu descumprimento.

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____.

Ciência do Terceirizado			
<p>O funcionário abaixo qualificado declara ter pleno conhecimento de suas responsabilidades no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do Contrato nº _____, bem como sobre todas as informações que eventualmente ou por força de suas funções venham a tomar conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e a prestar total obediência às normas de segurança da informação vigentes no ambiente do Contratante ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo por este</p>			
Nome Completo:		Assinatura:	
RG:			
CPF:			
Posto de Trabalho:			



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Nome da Contratada
Nome do Representante da Contratada
CPF



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XIX - MODELO DO RELATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS

RELATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS

Previsibilidade - IN Seges/MGI nº 213/2025

CPF	TERCEIRIZADO	POSTO DE TRABALHO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		HAVERÁ PARCELAMENTO DAS FÉRIAS? (Sim/Não)	PERÍODO(S) DE FRUIÇÃO				SUBSTITUTO	
			INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM		1º Período	Nº Dias	2º Período	Nº Dias	CPF	NOME
OBSERVAÇÕES													
<p>¹ A programação da fruição das férias de cada terceirizado deverá ser realizada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do término do período aquisitivo.</p> <p>² Eventuais alterações do período de férias deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa do contrato com, no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa</p> <p>³ O presente Relatório de Programação de Férias deverá ser encaminhado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.</p>													
INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA EMPRESA EM:													
Data:			Responsável da empresa/ Certificado Digital ou Assinatura Eletrônica gov.br										



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

De acordo	<hr/> <p>Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados</p>
-----------	---



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO XXI - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A CEF

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 21CN043

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA
REGIÃO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o Nº. 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Sandra Pimentel Mendes, brasileira, casada, portadora do documento de identificação nº. M-1.312.778, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, e do CPF nº. Nº 632.405.056-49, residente e domiciliada em Nova Lima/MG, no uso das atribuições, conferidas pela Portaria nº TRT/GP 03/2020 de 02 de janeiro de 2020, em decorrência da nomeação constante da Portaria TRT/GP 06/2020 de 02 de janeiro de 2020, disponibilizadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 30 de dezembro de 2019, doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-lei 759, de 12.08.69, regida atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973 de 28.30.2013, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3 e 4, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Emerson Leal Rocha, brasileiro, casado, portador do documento de identificação nº. MG-15.037.680, expedida por SSP/MG, e do CPF nº. 085.933.766-90, com endereço profissional em Belo Horizonte/MG, doravante denominada **CAIXA**, têm justo e acordado celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para abertura de contas vinculadas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de mão de obra firmados pelo **TRIBUNAL** com empresas privadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, nos termos do Processo e-PAD 12.913/2021, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1 – CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2 – Proponente: pessoa jurídica privada que possui contrato de prestação de serviços firmado com o **TRIBUNAL**.
- 3 – Encargos: custos relativos às obrigações trabalhistas devidos a empregado contratado pela empresa e a serviço do **TRIBUNAL**.
- 4 – Rubricas: itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **TRIBUNAL**.
- 5 – Conta Vinculada: conta depósito pessoa jurídica privada, bloqueada para movimentação, aberta em nome dos proponentes de cada contrato firmado com o **TRIBUNAL**, atualizada pela remuneração básica e juros “*pro rata die*” e cuja utilização é exclusiva para crédito das rubricas de encargos trabalhistas.
- 6 – Usuário: servidor do **TRIBUNAL**, por ele formalmente indicado em relação anexa a este Instrumento (Anexo II), responsável pela gestão dos contratos firmados, com conhecimento das senhas para consultas das Contas Vinculadas, via GOVCONTA CAIXA.
- 7 – Sistema GOVCONTA CAIXA: sistema de acesso via Internet que permite o gerenciamento de forma centralizada das respectivas Contas Vinculadas.
- 8 – GovConta CAIXA: conta virtual gerada pelo sistema GOVCONTA CAIXA a qual são agregadas as contas vinculadas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

9 – Partícipes: referência ao TRIBUNAL e à CAIXA.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas dos contratos de mão de obra firmados pelo TRIBUNAL com empresas privadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, bem como viabilizar o acesso aos saldos e extratos e/ou movimentação das contas abertas, através do sistema GOVCONTA CAIXA.

Para a consecução do objeto do presente ACORDO de Cooperação Técnica, serão adotados os seguintes procedimentos:

1. Para cada Contrato firmado entre o TRIBUNAL e o Proponente, será aberta uma conta vinculada pessoa jurídica, bloqueada para movimentação, em nome do Proponente do contrato.
2. A conta vinculada será exclusivamente aberta para o recebimento de rubricas de encargos trabalhistas pagos aos proponentes dos contratos, conforme artigo 1º da Resolução CNJ 169 de 31 de janeiro de 2013.
3. Abertura de uma GovConta CAIXA em nome do TRIBUNAL.
4. A conta vinculada pessoa jurídica, aberta em nome da proponente, será vinculada à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL.
5. A movimentação dos recursos na Conta Vinculada será providenciada exclusivamente à ordem do TRIBUNAL.
6. Será facultada ao TRIBUNAL a movimentação de recursos da Conta Vinculada – bloqueada para movimentação – para a Conta Única do Tesouro Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, cadastramento, captação e movimentação dos recursos se darão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. O TRIBUNAL firma contrato com os proponentes.
2. O TRIBUNAL envia Ofício à CAIXA solicitando a abertura de uma conta vinculada, bloqueada para movimentação, em nome do proponente do contrato, conforme modelo constante no Anexo I.
3. A CAIXA recebe Ofício do TRIBUNAL e, após a entrega, pelo proponente dos documentos necessários, procede à abertura da conta vinculada – bloqueada para movimentação em nome do proponente.
4. Quando do processo de abertura da conta o proponente assina autorização, em caráter irrevogável e irretratável, para que os representantes legais do TRIBUNAL possam, de forma exclusiva, consultar e movimentar a conta vinculada.
5. A CAIXA agrega a Conta Vinculada – bloqueada para movimentação aberta à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL, para gerenciamento de forma centralizada.
6. A CAIXA envia Ofício ao TRIBUNAL, contendo o número da conta vinculada, conforme modelo constante no Anexo IV.
7. O TRIBUNAL informa à CAIXA o nome do (s) representante (s), legal (is) responsável (is) pelas consultas/movimentações das contas vinculadas e cadastramento de demais usuários, conforme modelo constante no Anexo II.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

8. O TRIBUNAL encaminha seu (s) representante (s) à Agência da CAIXA, munido (s) do documento de identificação, CPF e comprovante de residência, para assinar o Contrato de Prestação de Serviços do GOVCONTA CAIXA e cadastrar as senhas de acesso.
9. O TRIBUNAL informa a CAIXA sobre eventual alteração da lista de servidores aptos a consultar e/ou movimentar a (s) Conta (s) vinculada (s).
10. O TRIBUNAL assina o Contrato de Prestação de Serviços GOVCONTA CAIXA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a CAIXA.
11. A CAIXA cadastra e fornece senha aos representantes do TRIBUNAL no GOVCONTA CAIXA.
12. O TRIBUNAL credita mensalmente os recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços advindos do contrato firmado com a proponente na conta vinculada, aberta e mantida exclusivamente nas agências da CAIXA.
13. O TRIBUNAL envia Ofício à CAIXA solicitando a movimentação dos recursos;
14. No caso de indisponibilidade, por qualquer razão, do GOVCONTA CAIXA os saldos, os extratos e a movimentação financeira das contas vinculadas serão efetuados mediante solicitação via Ofício a ser remetido pelo TRIBUNAL à CAIXA.
15. A CAIXA recebe ofício e cumpre a determinação de movimentação da conta vinculada, no prazo de 4 dias úteis, dando ciência ao TRIBUNAL, por meio de Ofício.
16. Os recursos depositados na conta vinculada, bloqueados para movimentação, serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.
17. O TRIBUNAL adequa-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA.

CLÁUSULA QUARTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL

Ao TRIBUNAL compete:

1. Firmar o contrato com os Proponentes.
2. Encaminhar ofício à Agência da CAIXA solicitando a abertura da conta vinculada em nome do proponente, conforme modelo constante no Anexo I.
3. Designar, por meio de ofício no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) servidores para os quais a CAIXA disponibilizará senha para consulta a saldo e extrato/movimentação da conta vinculada, via GOVCONTA CAIXA, conforme modelo constante no Anexo II.
4. Informar a CAIXA sobre eventual alteração da lista de servidores aptos a consultar/movimentar a (s) conta (s) vinculada (s).
5. Comunicar ao proponente, conforme modelo constante no Anexo III, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas, bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da Caixa Econômica Federal, onde a conta vinculada foi aberta, a fim de providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VII, para que o TRIBUNAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
6. Assinar o Contrato de Prestação de Serviços GOVCONTA CAIXA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a CAIXA.
7. Remeter Ofícios à Agência da CAIXA, detentora da conta vinculada, solicitando a movimentação de recursos das contas vinculadas, conforme modelo constante no Anexo V.
8. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso ao GOVCONTA CAIXA, onde será possível o acesso aos saldos, extratos.
9. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso ao sistema GOVCONTA CAIXA.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

11. Instruir seus usuários sobre a forma de acesso às transações do sistema GOVCONTA CAIXA.
12. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas GOVCONTA CAIXA, conforme item 3 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
13. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
14. Comunicar tempestivamente à CAIXA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Auto Atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
15. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da CAIXA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas GOVCONTA CAIXA.
16. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas no sistema GOVCONTA CAIXA, colocado à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do TRIBUNAL, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.

CLÁUSULA QUINTA
DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CAIXA

À CAIXA compete:

1. Efetuar abertura da conta vinculada, mediante recebimento do Ofício do TRIBUNAL e comparecimento do proponente à agência da CAIXA, munido da documentação necessária.
2. Coletar autorização do proponente para que os representantes legais do TRIBUNAL formalizem convênio para acesso aos sistemas da CAIXA, efetuem consultas e/ou autorizem a movimentação da conta vinculada, por intermédio dos servidores designados pelo TRIBUNAL, conforme modelo constante no Anexo VII.
3. Disponibilizar o sistema GOVCONTA CAIXA ao TRIBUNAL.
4. Gerar e fornecer até 4 (quatro) senhas iniciais de acesso ao sistema GOVCONTA CAIXA, condicionado à emissão de autorização de consulta e movimentação da Conta Vinculada, conforme item 2 da presente cláusula.
5. Informar ao TRIBUNAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela CAIXA, por intermédio do sistema GOVCONTA CAIXA.
6. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento.
7. Encaminhar Ofício ao TRIBUNAL com a informação do número da conta vinculada, conforme modelo constante no Anexo IV.
8. Agregar a conta vinculada aberta à GovConta CAIXA aberta em nome do TRIBUNAL, para gerenciamento de forma centralizada.
9. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
10. Informar ao TRIBUNAL acerca dos procedimentos adotados em atendimento aos ofícios recebidos.
11. Informar ao TRIBUNAL acerca da efetivação da movimentação de recursos das contas vinculadas, no prazo de 4 dias úteis, em atendimento aos Ofícios recebidos, conforme modelo constante no Anexo VI.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

12. Zelar para que os recursos depositados em contas vinculadas sejam movimentados exclusivamente com expressa anuência do TRIBUNAL .

13. Realizar a isenção de tarifas para abertura e manutenção, não se aplicando a isenção às movimentações, que deverão ser pagas pelo Proponente.

CLÁUSULA SEXTA
DO ACOMPANHAMENTO

Atuará como gestor deste ajuste, nos termos da Instrução Normativa TRT nº 07/2013, e do art. 67 da Lei 8.666/93, o Secretário de Liquidação e Pagamento de Despesas do TRIBUNAL .

Parágrafo Único: A execução do objeto deste contrato será fiscalizada pelo Chefe da Seção de Liquidação de Serviços Terceirizados do TRIBUNAL .

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica em desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os PARTICIPES.

CLÁUSULA OITAVA
DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 60 meses, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

Parágrafo único: As contas vinculadas abertas até a data de entrada em vigor deste Acordo permanecem regidas pelas regras dos acordos então vigentes, salvo opção expressa do TRIBUNAL .

CLÁUSULA NONA
DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela Pública ou TRIBUNAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante ACORDO Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses ACORDOS a serem parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos Partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Parágrafo único: A comunicação entre os Partícipes, no que couber, poderá ser realizada via correio eletrônico, observada a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA RESCISÃO

Este ACORDO de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal dessa Capital.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DECLARAÇÃO

A CAIXA e a CONTRATANTE se comprometem a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos no contrato.

, de de

Local e Data

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
TERCEIRA REGIÃO**
Sandra Pimentel Mendes
632.405.056-49
Diretora-Geral

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Emerson Leal Rocha
085.933.766-90
Superintendente Regional

Testemunhas

Testemunha
CPF

Testemunha
CPF



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO I DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO COM SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA

Ofício nº NNNN/AAAA/ Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

(Nome do gerente)

(Endereço da Agência com CEP)

Senhor(a) Gerente,

1 Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este TRIBUNAL :

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO II DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

**MODELO DE OFÍCIO COM A RELAÇÃO DE SERVIDORES AUTORIZADOS A
CONSULTAR/MOVIMENTAR A CONTA VINCULADA**

Ofício nº NNNN/AAAA/ Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Assunto: Relação de Usuários do TRIBUNAL autorizados a consultar/movimentar a conta vinculada

Senhor (a) Gerente,

1 Informamos que os servidores, abaixo relacionados, estão autorizados a consultar e movimentar as contas vinculadas, abertas para abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Resolução CNJ nº 169, de 31 de março de 2013.

2 Abaixo, segue atual relação de Usuário(s):

Nome	CPF	Matrícula	Cargo/Função	Setor

(*) O primeiro usuário será o responsável por disponibilizar o acesso dos sistemas aos demais.

Atenciosamente,

Assinatura do servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO III DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU TRIBUNAL AO PROPONENTE ACERCA DO PEDIDO DE ABERTURA DE UMA CONTA VINCULADA, BEM COMO SOLICITANDO O COMPARECIMENTO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA CONTRATADA À AGÊNCIA A FIM DE FORNECER A DOCUMENTAÇÃO ADEQUADA.

Ofício nº ____/20 – TRIBUNAL

Município/UF, de de 20 .

A Sua Senhoria o Senhor

[Nome do representante da empresa]Representante da [nome da Empresa]

Fone/FAX: .e-mail:

Assunto: Abertura de Conta Vinculada

Contrato: [número do contrato firmado entre o TRIBUNAL e a empresa]

Senhor Representante,

1 Em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº [número do Acordo] firmado entre a Administração Pública ou TRIBUNAL e a CAIXA para o gerenciamento de Contas Vinculadas, informamos a Vossa Senhoria que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – pertencente ao CNPJ sob nº , na Agência nº , da Caixa Econômica Federal, em seu nome, aberta para receber recursos retidos nas rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado entre essa empresa e esta Administração Pública ou TRIBUNAL .

2 Na oportunidade, solicitamos comparecer à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação ____/20____, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Caixa Econômica Federal e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta Administração Pública ou TRIBUNAL aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e as movimentações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informamos ainda que o descumprimento do prazo indicado no item anterior, previsto no inciso II do art. 6º da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do CNJ, poderá ensejar aplicação das penalidades contratuais previstas.

Atenciosamente,

Assinatura do Servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO IV DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

**MODELO DE COMUNICAÇÃO DA CAIXA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/TRIBUNAL SOBRE A
ABERTURA DE CONTA VINCULADA**

Nome da Agência

Endereço da Agência

Complemento do Endereço da Agência

CEP - Cidade da Agência/PA - UF

Ofício nº NNNN/AAAA/Sigla da Agência

Município, dia de mês de ano

Ao Senhor

Nome do Representante da Administração Pública/TRIBUNAL

Cargo do Representante

Nome da Administração Pública/TRIBUNAL

Endereço da Administração Pública/TRIBUNAL

CEP - Cidade - UF

Assunto: Informação de número de Conta Vinculada.

Prezado Senhor,

1. Informamos a abertura da Conta Vinculada nº _____ para a empresa _____, CNPJ _____, referente ao Termo de Cooperação Técnica n.º _____, para movimentação exclusiva à ordem da Administração Pública/TRIBUNAL.

2. Oportunamente, informamos que o representante da Administração Pública/TRIBUNAL compareça à Agência _____, situada no endereço _____ para cadastramento de senhas e assinaturas eletrônicas, para consultas e movimentações da Conta supracitada.

Atenciosamente,

Nome Gerente de Atendimento

Função

Sigla da Agência/PA

Nome Gerente Geral

Função

Sigla da Agência/PA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO V DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELO TRIBUNAL À CAIXA COM SOLICITAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA VINCULADA

Ofício nº NNNN/AAAA/Nome do TRIBUNAL

Município, dia/mês/ano

A(o) Senhor(a) Gerente

[Nome do gerente]

[Endereço da Agência com CEP]

Assunto: Resgate de valores da Conta-Depósito Vinculada da empresa [Nome da empresa] [Número do Contrato]

[Número do processo administrativo]

Senhor(a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ da conta vinculada de titularidade da empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , aberta para receber recursos retidos de rubricas de encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado por este TRIBUNAL , e CREDITAR na seguinte conta corrente:

	Banco	Agência	Conta	CNPJ
DEBITAR				
CREDITAR				

Atenciosamente,

Assinatura do Servidor previamente designado pelo TRIBUNAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VI DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE OFÍCIO EMITIDO PELA CAIXA AO TRIBUNAL SOBRE EFETIVAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA VINCULADA

[Nome da Agência]

[Endereço da Agência]

Ofício nº NNNN/AAAA/Sigla da Agência

Município, dia/mês/ano

Ao Senhor

[Nome do Representante do TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região]

[Cargo do Representante]

TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região

[Endereço do TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região]

Assunto: Informação de número de Conta Vinculada bloqueada para movimentação

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao seu Ofício nº / , de / / , informo a efetivação de DÉBITO no valor de R\$ na conta vinculada de nº , da agência nº , desta Instituição Financeira, em nome da empresa e CRÉDITO na conta de nº .

Atenciosamente,

Nome Gerente de Atendimento

Nº da Agência da Instituição Financeira

Sigla da Agência



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ANEXO VII DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DO PROPONENTE PARA CONSULTA E MOVIMENTAÇÃO DA
CONTA VINCULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da CAIXA
(endereço da agência)

Senhor(a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas de encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o TRIBUNAL Regional do Trabalho da 3ª Região, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta vinculada, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa titular da conta vinculada